



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UFBA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E
SAÚDE**

MÉRCIA FERREIRA BARRETO

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E CONTAMINAÇÃO
AMBIENTAL EM UMA COMUNIDADE DE MARISQUEIRAS DO
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO, BAHIA**

Salvador

2015

MÉRCIA FERREIRA BARRETO

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E CONTAMINAÇÃO
AMBIENTAL EM UMA COMUNIDADE DE MARISQUEIRAS DO
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO, BAHIA**

Trabalho de conclusão apresentado sob a forma de artigos para obtenção do título de Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde do Programa de Pós-Graduação da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Carmo Soares de Freitas

Salvador

2015

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Saúde, SIBI - UFBA.

B273 Barreto, Mércia Ferreira

Segurança alimentar e nutricional e contaminação ambiental em uma comunidade de marisqueiras do município de Santo Amaro, Bahia/ Mércia Ferreira Barreto – Salvador, 2015.

117p.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Nutrição, Salvador, 2015.

Orientadora: Profª Drª Maria do Carmo Soares de Freitas.

1. Segurança alimentação. 2. Segurança nutricional.
3. Contaminação ambiental. 4. Marisqueiras. 5. Política social.
I. Título.

CDU 613.22

TERMO DE APROVAÇÃO

MÉRCIA FERREIRA BARRETO

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL EM UMA COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO, BAHIA.

Trabalho de conclusão apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Alimentos Nutrição e Saúde.

Banca Examinadora:

Maria do Carmo Soares de Freitas _____
Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia
Professora da Universidade Federal da Bahia

Denise Oliveira e Silva _____
Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília
Professora da Instituição Fundação Osvaldo Cruz- FIOCRUZ

Luiz Roberto Santos Moraes _____
Doutor em Saúde Ambiental pela University of London-UK
Professor da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia

Maria da Purificação Nazaré Araújo _____
Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia
Professora da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia

Dedico este trabalho as mulheres valentes, as marisqueiras de Caeira.

SUMÁRIO

PARTE I

PROJETO DE PESQUISA

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	DELINEAMENTO DO PROBLEMA.....	18
2	OBJETIVOS.....	20
2.1	OBJETIVO GERAL.....	20
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
3.1	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O CONCEITO E TRAJETÓRIA HISTÓRICA.....	21
3.2	QUILOMBOLAS: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SITUAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	23
3.3	COMENTÁRIOS SOBRE A HISTÓRIA DE SANTO AMARO: DA CANA-DE- AÇÚCAR AO LEGADO DO CHUMBO.....	24
3.4	A MULHER MARISQUEIRA E O MARISCO.....	28
3.5	CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL E A COMUNIDADE DE CAEIRA.....	30
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	33
4.1	TIPO DE ESTUDO.....	33
4.2	A COMUNIDADE DE MARISQUEIRAS E PESCADORES DA CAEIRA.....	33
4.3	PRODUÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	35
4.4	DEVOLUTIVA A COMUNIDADE.....	37

PARTE II

5 RESULTADOS.....	38
ARTIGO 1-.....	39
ARTIGO 2-.....	58
6 CONSIDERAÇÕES INAIS.....	91
7 PERSPECTIVAS FUTURAS.....	92
8 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA.....	93
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICE A – TERMO DE REFERENCIA LIVRE E ESCLARECIDO	101
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA.....	102
APÊNDICE C - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO.....	104
ANEXO A -.....	106
ANEXO B -	109

AGRADECIMENTOS

A minha Orientadora Maria do Carmo Freitas, pela inspiração, incentivo e generosidade com que contribuiu para a conclusão deste estudo. Por ensinar-me com muita sensibilidade a compreender, além do que olhos e palavras conseguem ver.

Aos meus pais Neilto e Roseni, pelas palavras de incentivo e perseverança nos momentos certos e por jamais me deixar desistir dos objetivos.

Aos meus irmãos Manuela e Neilto, por conviver e compartilhar os meus sonhos.

Ao meu querido companheiro Aleson, pelos estímulos diários de confiança e perseverança.

Aos parentes e amigos pela compreensão às ausências sempre justificadas.

Aos colegas de mestrado, parceiros de caminhada, pela solidariedade da troca de saberes, em especial a Flavia Pascoal Ramos, pela cumplicidade, paciência e parceria do início até o fim;

Aos meus colegas do CECANE e Profa. Dra. Lilian Ramos por todo apoio, colaboração, compreensão e pelos valiosos momentos dos nossos encontros;

As marisqueiras que compartilharam seus saberes, pensamentos e um pouco de seus cotidianos tornando possível este estudo;

Ao Casal Roque e Maria Rosália e a Maria Lúcia, pela generosidade e acolhimento de receber-me sempre em suas casas.

A FAPESB pela concessão da bolsa.

A todos que colaboraram, direta ou indiretamente, para construção deste trabalho.

A todos o minha eterna gratidão!

*Purificar o Subaé
Mandar os malditos embora
Dona d'água doce quem é?
Dourada rainha senhora
Amparo do Sergimirim
Rosário dos filtros da aquária
Dos rios que deságuam em mim
Nascente primária
Os riscos que corre essa gente morena
O horror de um progresso vazio
Matando os mariscos e os peixes do rio
Enchendo o meu canto
De raiva e de pena*

(Música “Purificar o Subaé”, Caetano Veloso).

RESUMO

As marisqueiras quilombolas, que tem como principal atividade de renda e subsistência a mariscagem e a pesca artesanal, representam no Brasil, um contingente da população que sofre com a violação do Direito a Alimentação Adequada e a garantia de Segurança Alimentar em virtude da contaminação química e biológica em manguezais. Estas promovem redução e desaparecimento do produto extrativista nativo e a conseqüente insegurança alimentar e nutricional das famílias nestas regiões. Dessa forma, o presente projeto tem como objetivo analisar os significados da Segurança Alimentar e Nutricional diante da contaminação ambiental (química e biológica), atribuídos por marisqueiras quilombolas da comunidade de Caeira, município de Santo Amaro, Bahia. Para tanto, adota-se como referência metodológica a pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica, do tipo exploratório descritivo, com observação participante e entrevistas em profundidade, cuja fundamentação teórico-metodológica se dá a partir de postulados da Análise do Discurso, conforme os estudos de Michel Pêcheux e Eni Puccinelli Orlandi, bem como as contribuições de Paul Ricoeur. Conclui-se que ambas as contaminações resultam em Insegurança Alimentar e Nutricional. A contaminação química (por metais pesados) ameaça a tradição e a cultura local, e as marisqueiras se sentem estigmatizadas por viverem em um local contaminado. Quanto à contaminação biológica oriunda dos esgotos sanitários que invadem os manguezais, não são compreendidos como contaminantes por esta população, que considera normal, parte da natureza e da própria condição social em que vivem.

Palavras-Chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Contaminação Ambiental.

ABSTRACT

. The Maroons seafood restaurants, whose main activity income and subsistence shellfish and fishing, represent, in Brazil, a contingent of people who suffer with a violation of Right to Adequate Food and Food Security assurance because of chemical contamination and biological mangrove. This promotes reduction and disappearance of native forest product and resulting food insecurity and nutritional families in these regions. Thus this project aims to analyze the meanings of food and nutrition security in the face of environmental contamination, assigned by the Maroons seafood Caeira Community in Santo Amaro municipality, Bahia. Therefore, we adopt as a methodological reference the qualitative ethnographic research approach, the descriptive exploratory, with participant observation and recording in a field diary and interviews, whose theoretical and methodological foundation takes from postulates of discourse analysis, according to the studies of Pêcheux and Eni Puccinelli Orlandi, and the contributions of Paul Ricoeur to attain the goal. In conclusion both result in contamination Insecurity Food and Nutrition. Chemical contamination (heavy metal) threat to tradition and local culture, and the seafood feel stigmatized because they live in a contaminated site. For biological contamination coming from the sewage invading the mangroves, are not understood as contaminants by this population, which considers normal, part of nature and their own social status living.

Keywords: Food Security and Nutrition environmental; Environmental contamination;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa da Baía de Todos os Santos com Santo Amaro.....	27
Figura 2	Caeira, final da rua, jan.2014.....	109
Figura 3	Caes beirando casas da Caeira, out. 2014.....	109
Figura 4	Vista da Caeira pelo estuário Subaé, jul. 2014.....	110
Figura 5	Lixo trazido no rio, beirando as casas da Caeira, set.2014.....	110
Figura 6	Manguezal próximo a Caeira, fev.2014.....	111
Figura 7	Manguezal com presença de garrafas plásticas e lixo, jan.2015.....	111
Figura 8	Rio Subaé no centro da cidade, jan. 2015.....	112
Figura 9	Marisqueiras na chegada da maré, set. 2015.....	112
Figura 10	Limpeza do Sururu (<i>Mytella sp.</i>), na chegada do mangue, dez. 2014.....	113
Figura 11	Sururu coletado, após lavagem, dez. 2014.....	113
Figura 12	Sururu (<i>Mytella sp.</i>), jan.2015.....	114
Figura 13	Balde com Mapé e instrumentos utilizados para captura, ago. 2014.....	114
Figura 14	Beneficiamento do Sururu, Cozimento, dez. 2014.....	115
Figura 15	Marisqueiras retirando casca do Sururu no quintal de casa, dez. 2015....	115
Figura 16	Embarcação utilizada para ida ao manguezal e a coroa, jan. 2015.....	116
Figura 17	Casca de Sururu, descartadas em terreno na frente das casas, jan.2015..	116
Figura 18	Campo de futebol, área de lazer da Caeira e mangue ao fundo, jan. 2015.....	117

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMAPESCA-	Associação de Marisqueiras e Pescadores da Caeira
AVICCA-	Associação das Vítimas da Contaminação por Chumbo Cádmio Mercúrio e outros Elementos Químicos
BTS-	Baía de Todos os Santos
COBRAC-	Companhia Brasileira de Chumbo
CRQ-	Comunidade Remanescente de Quilombo
DHAA-	Direito Humano a Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional
FCP-	Fundação Cultural Palmares
ISAN-	Insegurança Alimentar e Nutricional
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD-	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escola
PNAD-	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
TCLE-	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFBA	Universidade Federal da Bahia

APRESENTAÇÃO

O primeiro contato com o município de Santo Amaro, Bahia, ocorreu em Junho de 1994. Durante a visita ao município, descobri a razão do apelo para purificar o rio Subaé e contra sua degradação, esta imortalizada na canção de Caetano Veloso.

Santo Amaro é conhecida mundialmente pelos efeitos da urbanização, resultado do crescimento populacional ao longo seu curso e pelo processo de exploração industrial da multinacional francesa Pennaroya Oxide entre 1963 a 1993 e das fábricas de papel e celulose.

A aproximação da história do lugar e das pessoas expostas cotidianamente à contaminação foram mobilizadoras na participação de atividade de extensão universitária no município durante a graduação em nutrição oito anos depois. Nesta oportunidade, tive conhecimento sobre a comunidade da Caeira, e sobre a situação de insegurança alimentar e nutricional destes sujeitos e sobre a complexa exposição desta população a contaminação química e biológica associada às condições de vulnerabilidade social e abandono, os quais se tornaram registros impulsionadores da minha formação.

Em 2006, como nutricionista responsável pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de Santo Amaro foi oportunizado assegurar melhores condições alimentares e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) das crianças desta comunidade, população dentre as mais afetadas pela contaminação gerada pela Companhia Brasileira de Chumbo (COBRAC) e pelos esgotos sanitários da cidade de Santo Amaro.

As experiências profissionais que sucederam com comunidades de marisqueiras, quilombolas, agricultores familiares, na garantia de SAN e DHAA e a aproximação com o campo das ciências sociais por meio das importantes contribuições da professora Dra. Maria do Carmo colaboraram para construção desta pesquisa.

As inquietações como nutricionista, mulher negra, sobre o problema da contaminação por chumbo e as indagações sobre compreensão destes sujeitos à condição de risco foram aspectos fundamentais para construção do projeto de pesquisa intitulado “Segurança Alimentar e Nutricional e contaminação ambiental: significados atribuídos por marisqueiras quilombolas”, este submetido ao programa de Pós-graduação em Nutrição, Alimentos e Saúde da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E que atualmente assume o título de

“Segurança Alimentar e Nutricional e Contaminação Ambiental em uma comunidade de marisqueiras do município de Santo Amaro, Bahia”.

Torna-se oportuno destacar a participação da professora Maria da Purificação Nazaré de Araújo, na lapidação do projeto que originou esta pesquisa qualitativa e as contribuições valiosas e esclarecedoras da banca de qualificação composta pelas Professoras Doutoradas Denise de Oliveira e Silva e Rízia de Cássia Vieira Cardoso.

A etapa subsequente à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição foi o retorno a Caeira e aproximação minudente ao cotidiano das mulheres marisqueiras, tendo como foco de análise estes sujeitos e a busca da compreensão dos significados atribuídos por estas a SAN e à Contaminação Ambiental. Neste sentido, a análise das narrativas capturadas por meio de entrevistas e a observação participante durante o estudo etnográfico foram fulcrais para obtenção dos significantes extraídos das falas.

Com intuito de apresentar ao leitor o desenvolvimento do conteúdo deste trabalho, o material a seguir encontra-se estruturado em duas partes, a Parte I- Projeto de Pesquisa e, Parte II- Resultados do estudo que serão apresentados na forma de artigos científicos.

O primeiro com o título: “Segurança Alimentar e Nutricional relacionada” à contaminação ambiental em uma comunidade de marisqueiras de Santo Amaro, Bahia e o segundo com o título: Segurança Alimentar e Nutricional: Tabu e estigma da contaminação ambiental em uma comunidade de Santo Amaro, Bahia, Brasil.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, apontando os principais resultados, limitações e potencialidades consideradas no estudo.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da contaminação ambiental na comunidade Caeira, em Santo Amaro, Bahia. Sobre os significados desta relação atribuídos por marisqueiras nesta comunidade remanescente de quilombo que vive permanentemente exposto a contaminantes biológicos lançados nos manguezais pela deficiência ou ausência de esgotamento sanitário e do resíduo do processo produtivo de indústria química há mais de trinta anos.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) têm sido prioridade nos discursos das políticas públicas no Brasil. Desde a última década, diversas ações governamentais garantiram a redução da extrema pobreza e melhoria da renda. Considerado um conceito em construção no Brasil, a SAN é definida como sendo “a realização e o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que seja social econômica e ambientalmente sustentável” (BRASIL, 2006, p.1).

Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional-LOSAN, BRASIL (2006), é preciso levar em conta diferentes aspectos: culturais, econômicos, políticos e sociais, no que diz respeito às dimensões alimentar e nutricional (COSTA; BOGUS, 2012; FREITAS; PENA, 2007).

Inclui-se ainda no campo da Segurança Alimentar e Nutricional, o combate aos modelos de produção excludentes e pouco sustentáveis que degradam o meio ambiente. A contaminação ambiental química, resultado de um modelo de desenvolvimento hegemônico de caráter insustentável que vigora no Brasil e no mundo e expõe de forma predatória as populações. Bem como, a contaminação por ausência ou deficiência de sistemas de esgotamento sanitário, gerando inúmeras enfermidades. No caso das Comunidades Remanescentes de Quilombo¹-CRQ, em geral habitantes de áreas periféricas das grandes cidades do País, convivem com diversos poluentes que afetam de forma danosa o meio ambiente, conforme demonstrado neste estudo.

Vale destacar que entre as 2.408 comunidades quilombolas certificadas pelo governo brasileiro, 495 na Bahia, há constantes denúncias de violações dos direitos humanos e da garantia

¹ Consideram remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

de SAN (II CONGRESSO, 2014; BRASIL, 2014), seja em virtude do interesse do capital imobiliário, agronegócio e indústria do turismo e violação dos direitos destas comunidades como a contaminação do meio ambiente (FREITAS et al., 2012).

Os irreversíveis danos a manguezais promovem prejuízos sociais, econômicos e, sobretudo, à saúde de marisqueiras e pescadores habitantes destas áreas. Isto porque, nestes locais, os efeitos dos riscos iminentes da contaminação por metais pesados e por contaminantes de esgotos sanitários promovem escassez ou desaparecimento de espécies nativas refletindo na redução da produção de mariscos, crustáceos e peixes, interferindo negativamente na renda e subsistência das populações nestas regiões (ROCHA et al., 2012; CONSÓRCIO HYDROS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO, 2004; 2005; ALMEIDA, 2010; CARVALHO et al., 1986, 2003; ANDRADE, 2012; SANTOS, 2011; CENTRO DE TECNOLOGIA DE MINERAIS, 2011; II CONGRESSO, 2014).

Diferentemente das comunidades tradicionais, são incontáveis os incentivos e benefícios ao capital internacional, indústrias e setor imobiliário propiciado pelo governo em prol do desenvolvimento econômico principalmente a partir da década de 1960, produzindo efeitos nocivos ao meio ambiente e à população, conforme verificado em estudos sobre a Baía de Todos os Santos-BTS, Ilha de Maré e Santo Amaro no recôncavo baiano (FREITAS et al., 2012; SANTOS, 2011; ROCHA et al., 2012).

Ademais da contaminação ambiental que afeta o consumo, as marisqueiras, também estão propensas às condições precárias de trabalho, extenuante carga horária na maré, problemas ortomusculares, dermatológicos e violência sexual, em regiões de mangue, incapacitando-as de executar as atividades laborais (PENA; FREITAS; CARDIM, 2011).

Acresce-se ainda a esta condição de vida e trabalho pouco ou nenhum suporte do Estado aos direitos trabalhistas e a assistência à saúde, além da situação de gênero e raça que mantém estas mulheres trabalhadoras expostas a Insegurança Alimentar e Nutricional- ISAN (PENA; FREITAS; CARDIM, 2011; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE, 2010, 2009, 2013).

Das três CRQ certificadas existentes em Santo Amaro, São Braz, Alto do Cruzeiro-Acupe e Caeira, a que mais sofre com a contaminação ambiental é a comunidade de Caeira na Rua das

Caeira. Nesta comunidade banhada pelo Rio Subaé², o acesso à maré garante às mulheres marisqueiras renda que é investida na compra de produtos alimentares e outros bens de subsistência.

Convém considerar, que a ausência de dados específicos e atualizados sobre a situação real das comunidades quilombolas em registros oficiais, bem como, a ineficácia e baixa sensibilidade do instrumento brasileiro para mensurar a insegurança alimentar e nutricional para este grupo étnico, corrobora as reivindicações por políticas públicas mais eficazes, sobretudo, pelas concepções e hábitos culturais peculiares destes povos e pelos distintos conceitos da (In)segurança alimentar percebidos entre as populações urbanas e rurais, que validaram a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional- EBIA (YUYAMA et al., 2008; KEPPLER-SEGALL-CORRÊIA, 2011).

A opção de estudar a comunidade quilombola Caeira justifica-se pelo esforço em tentar dar visibilidade à situação de insegurança alimentar e nutricional enfrentada por famílias, expostas à contaminação de seu ambiente natural de produção, o manguezal. Ao eleger as mulheres marisqueiras desta comunidade, tentar-se-á contribuir com os estudos já realizados sobre a contaminação em Santo Amaro e com a lacuna existente na academia sobre estudos que focalizam as estratégias de sobrevivência das marisqueiras.

Neste ambiente, banhado pela foz do rio Subaé, os significados das representações socioculturais sobre SAN e as interações dos sistemas simbólicos do cotidiano são expressos por sujeitos que convivem em meio à contaminação ambiental. E a despeito das ações implementadas pelo Ministério da Saúde para minimizar os efeitos da contaminação química por chumbo sobre a população de Santo Amaro, a população ainda aguarda soluções efetivas do Poder Público (BRASIL, 2003b).

Para Andrade e Moraes (2013) a maior inserção da opinião pública e dos sujeitos atingidos possibilitaria a emergência de soluções, uma vez que, possivelmente o peso social e cultural do impacto da contaminação, coloca-a no espaço de invisibilidade na cena pública.

² O rio Subaé, que corta a cidade do município de Santo Amaro, na Bahia, é o principal tributário de metais como chumbo e cádmio. Este sofre, não só com resíduos da atividade industrial e exploração petrolífera no seu curso, mas também com esgotos sanitários, resíduos químicos de pesticidas lançados diretamente em suas águas sem qualquer tipo de tratamento, o que tem promovido riscos à biota, e causado empobrecimento da fauna composta por organismos como crustáceos, moluscos e peixes ou até imprimindo modificações no ecossistema, resulta na escassez e desaparecimento de espécies nativas (ROCHA et al., 2012).

Nesta perspectiva, ao pesquisar sobre SAN e contaminação ambiental pretende-se mostrar as implicações sobre a produção e o consumo e sua interferência na alimentação desta população. Para tanto, adota-se uma abordagem etnográfica com a utilização de instrumentos como: observação participante e entrevistas em profundidade sobre os significados relacionados ao tema da SAN.

1.1 DELINEAMENTO DO PROBLEMA

As populações tradicionais, marisqueiras, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e indígenas, vivem em insegurança alimentar pela falta de terra, baixa escolaridade, analfabetismo, precárias condições ambientais, pobreza, contaminação ambiental, desmatamento e redução de áreas extrativistas motivadas por grandes empreendimentos que encurralam estas comunidades e seus ambientes naturais, gerando escassez de produtos nativos e agravando as condições de vida e saúde.

Para a subsistência as comunidades de marisqueiras e pescadores remanescentes de quilombo constroem estratégias próprias preservando hábitos de produção, características culturais e sociais, mesmo expostos a situações graves como a do município de Santo Amaro, com a contaminação por chumbo, a maior já registrada em todo o mundo (CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL-CETEM, 2011).

Para melhor entendimento das respostas sociais e compreensão dos significados da SAN atribuídos pela população, recorre-se à dimensão êmica da realidade dessas mulheres com seus discursos, possibilitando assim, uma aproximação da história desses sujeitos.

Desde as primeiras incursões ao campo para a realização deste estudo, percebeu-se que a contaminação de fontes alimentares nativas de mangues e estuários de rios como o marisco, crustáceos e peixes não parece ser uma preocupação para as marisqueiras e pescadoras da comunidade Caeira. Escutam falar da contaminação química, mas não consideram importante preocuparem-se com este assunto e nem mesmo sobre os contaminantes biológicos no manguezal.

Nesse sentido, as perguntas condutoras da pesquisa são: O que pensam as marisqueiras sobre Segurança Alimentar e Nutricional, em suas próprias linguagens? Quais as prioridades que

devem ser consideradas para Segurança Alimentar e Nutricional nesta comunidade? O que as marisqueiras pensam sobre a contaminação alimentar no contexto do trabalho (mariscagem)? Como as modificações relacionadas ao ecossistema, que provocam desaparecimento ou escassez de espécies nativas, são compreendidas por estas trabalhadoras do mangue?

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os significados da Segurança Alimentar e Nutricional diante da contaminação ambiental, atribuídos por marisqueiras quilombolas da Comunidade de Caeira, no município de Santo Amaro, Bahia.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o cotidiano de trabalho das marisqueiras na maré, suas estratégias para a venda dos produtos frente à contaminação alimentar.
- Analisar o discurso das marisqueiras sobre a Segurança Alimentar e Nutricional relacionado à contaminação ambiental.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O CONCEITO E TRAJETÓRIA HISTÓRICA

A Lei Orgânica estabelece como Segurança Alimentar e Nutricional, a realização do direito humano a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, respeitando as diversidades culturais e sendo sustentável do ponto de vista socioeconômico e agroecológico (BRASIL, 2006).

Fruto de uma dinâmica social, a SAN teve a participação do governo e das organizações sociais e integra um conjunto de políticas públicas executada por diversos setores, estes articulados para assegurar a todo o cidadão o alimento de modo permanente e seguro (BURLANDY, 2009).

A Segurança Alimentar surgiu na Europa, no período da primeira guerra mundial, com o propósito de garantir autossuficiência no aspecto alimentar aos países. Acreditava-se neste período que a questão alimentar estaria associada à capacidade produtiva de cada país (VALENTE 1997)

Da primeira guerra até o momento atual, as definições sobre SAN estão relacionadas à necessidade de desenvolvimento econômico e social da população. Melhor distribuição de terra e renda figura entre os atributos políticos democráticos necessários para alcance de uma sociedade mais equânime e digna, sobretudo, a fim de minimizar as desigualdades ainda existentes incompatíveis com o atual desempenho econômicos do País na esfera mundial (BURITY et al., 2010; CAVALLI, 2001; CUSTODIO et al., 2011; LEÃO; MALUF, 2012; BATISTA-FILHO; RISSIN, 1993).

Mas, vale lembrar que na década de 1940, no Brasil, Josué de Castro, denunciou a situação de fome endêmica e miséria definindo-a em uma cartografia, na obra Geografia da Fome (1946) e, posteriormente, Geopolítica da Fome (1965). Estas denúncias fizeram insurgir movimentos internacionais em prol da garantia da segurança alimentar dos famintos, com consequente criação da agência Food Agriculture Organization (FAO), das Nações Unidas

(ONU), cuja perspectiva destacava a necessidade de atender ao direito humano à alimentação (CASTRO, 2005; LEÃO; MALUF, 2012, BATISTA-FILHO; RISSIN, 1993).

No fim da década de 1980, adicionou-se ao conceito de segurança alimentar o termo “nutricional”, sendo, desta forma, reiterada a importância da qualidade nutricional, sanitária, biológica e cultural, dos alimentos para SAN. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, a SAN tornou-se um termo mais complexo em suas determinações, posto que, sua instituição visava e ainda visa atender aos propósitos sociopolíticos no sistema alimentar de produção, distribuição, consumo e garantia de direitos humanos da alimentação (CUSTÓDIO et al., 2011; RIBEIRO, 2013; BURITY et al. 2010, LEÃO; MALUF, 2012).

Sobre o consumo de alimentos seguros, destacam-se incertezas e dúvidas relacionadas à cadeia produtiva e riscos potenciais para saúde dado o grau de contaminantes químicos que envolvem a agricultura em diversos países. O Brasil se destaca pelo uso desenfreado de agrotóxicos (ANVISA, 2012; OLIVEIRA; FAVARETO; ANTUNES, 2013), poluentes químicos na indústria e deficiente esgotamento sanitário em muitas áreas. Apesar das denúncias para a regulação da SAN por órgãos nacionais e internacionais, este é um objeto de caráter político que depende de mobilização social³ (CAVALLI, 2001).

De fato, a garantia da manutenção da qualidade dos alimentos é um tema frágil sob o ponto de vista de interesses das políticas sociais. Também, do consumidor, pela escassez de informações e da baixa exigência no controle da segurança alimentar. A população tem ainda pouco entendimento dos perigos sobre a qualidade do alimento e a saúde, além, de distintas percepções em relação ao perigo alimentar concebidas por grupos e culturas (CONTRERAS; GRACIA, 2011; CAVALLI, 2001).

Para Contreras e Gracia (2011, p. 374) os riscos potenciais da utilização de certos produtos na alimentação nem sempre são percebidos como agravantes para a saúde, havendo descrença da população em relação aos problemas de contaminação ambiental, por exemplo, a contaminação por substâncias químicas, agrotóxicos e metais pesados na produção e no consumo alimentar (ALMEIDA, 2010; FREITAS et al., 2012; ANDRADE; MORAIS, 2013; ANDRADE, 2012; CONTRERAS; GRACIA, 2011).

³ No âmbito internacional, a segurança alimentar, é garantido por meio de órgão como a Organização para Agricultura e Alimentos (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), nacionalmente o Ministério da Saúde (MS), ministério da Agricultura (MAPA), e os Órgãos Brasileiros de Defesa do Consumidor (IDEC) são os responsáveis pela proteção e preservação da inocuidade do alimento em toda cadeia produtiva (CAVALLI, 2011).

Esta naturalização do risco causada pela cotidianidade se apresenta como ausência de alternativas para as populações que convivem com situações concretas de ameaça à saúde (ALMEIDA, 2010; FREITAS et al., 2012). Sobre isso, Hubert (2002) argumenta que a percepção de risco é relativa entre os que têm necessidades precípua de comer e sobreviver.

3.2 QUILOMBOLAS: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SITUAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Durante todo o processo de escravidão no Brasil, cerca de 350 anos, negros escravizados lutaram contra os escravizadores demonstrando forte resistência, em busca da liberdade e melhores condições de vida formando os quilombos.

A palavra quilombo tem origem Bantu, do umbundo (língua falada por Angolanos) *Kilombo*⁴, designa uma instituição política e militar que envolveu várias regiões da África Bantu. Esta definição tem origem nos estudos providos por linguística europeia e “hoje designa área geográfica contígua e um complexo cultural específico dentro da África negra” (MUNANGA, 1995/1996, p.58).

Compreende-se por comunidades remanescentes de quilombo, conforme art. 2 do Decreto nº 4886, 20 de novembro de 2003, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003a).

No Brasil são identificadas 2.408 comunidades remanescentes de quilombos (CRQ) e 2.007 já certificadas. A maior parte localizada na Bahia (494 no total e em segundo lugar o Maranhão com 369), Estes números refletem historicamente o passado de colonização e ocupação destes territórios em especial no recôncavo baiano (BRASIL, 2014).

⁴ Semelhante dos *Kilombos* africanos do século XVI e XVII, os quilombos brasileiros, também abrigaram indivíduos de diversas etnias, insatisfeitos com a sociedade escravocrata e procuravam refúgio em áreas de difícil acesso (MUNANGA, 1995/1996, p.63). Os quilombos contemporâneos guardam características distintas dos enunciados anteriormente. As comunidades remanescentes de quilombo podem ou não fazer referência a resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica, não se tratando exclusivamente de grupos isolados e de grupos com referência histórica comum (LEITE, 2000).

A condição de vida e subsistência dos quilombos são reflexos das relações racistas e herança de opressão vivenciada pelos afrodescendentes, ainda hoje. É verificada completa ausência do Estado em algumas comunidades remanescentes, haja vista, as desigualdades circunscritas nas elevadas diferenças entre os afrodescendentes e o resto da população. Segundo o Chamado Quilombola (BRASIL, 2012), há entre as crianças menores de 05 (cinco) anos, uma alta prevalência de desnutrição e mortalidade infantil (32,9 óbitos por mil nascidos vivos, superior à meta brasileira de menos de 20 óbitos por mil nascimentos) (GUERREIRO et al., 2007; SILVA et al., 2008; BRASIL, 2007; CARVALHO, 2010). Nestas populações étnicas (tanto quilombolas como indígenas), há extrema pobreza, miséria e fome, mesmo com a instituição de programas assistencialistas e a convergência de políticas sociais.

Também, a burocratização e morosidade nos processos de titulação das terras reconhecidas como remanescentes de quilombo podem contribuir para ineficácia de políticas públicas sobre estas comunidades, já que, para o acesso aos benefícios no campo da saúde e desenvolvimento social, a certificação não é suficiente para alcance de melhorias reais a estes grupos (CARVALHO, 2010; SILVA et al., 2008). Em Santo Amaro, na Bahia, encontram-se três comunidades remanescentes de quilombos: São Braz, Alto do Cruzeiro-Acupe e Caeira (Cambuta).

Constituída a partir de uma colônia de pescadores, Caeira tem certificação como Comunidade Quilombola desde 04 de novembro de 2010, segundo a Fundação Cultural Palmares-FCP (BRASIL, 2014), mas a população aguarda finalização do processo de titulação para usufruir das políticas públicas como melhor acesso à saúde e educação concedida a comunidade.

Cabe destacar a situação atual da comunidade. Esta vive sob constante Insegurança Alimentar e Nutricional quanto ao acesso às fontes alimentos e sua qualidade nutricional e sanitária. Também tem velado a SAN devido à presença de determinantes sociais como a ausência de educação, saúde, gênero e etnia, que contribuem para uma pior situação de Segurança Alimentar e Nutricional e garantia de direitos sociais.

3.3 CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL E A COMUNIDADE DE CAEIRA

A industrialização e urbanização geram problemas ambientais relacionados à poluição do solo, ar e água. A utilização de fertilizantes, agrotóxicos, os descartes de resíduos industriais químicos e orgânicos não tratados, contaminantes gasosos lançados na atmosfera pelas indústrias, estão entre as principais causas de contaminação do meio ambiente e problemas de saúde da população (CARVALHO; ORSINE, 2011; OLIVEIRA; FAVARETO; ANTUNES, 2013).

Entende-se por contaminação:

Presença de substância(s) química(s) no ar, água ou solo, decorrentes de atividades antrópicas, em concentrações tais que restrinjam a utilização desse recurso ambiental para os usos atual ou pretendido, definidas com base em avaliação de risco à saúde humana, assim como aos bens a proteger, em cenário de exposição padronizado ou específico (BRASIL,2009).

Este estudo se refere à contaminação biológica nos manguezais, rio e mar de Caeira pela intensa quantidade de esgotos sanitários, a céu aberto, dirigidos aos locais de extração de mariscos e pesca. Tais condições agridem a saúde da população pela sinergia entre parasitoses e nutrição (ANGELUCI et al., 2013). As doenças mais comuns são causadas por helmintos ou protozoários, geralmente transmitidos por via fecal-oral, com ingestão de alimentos ou água contaminada, a exemplo da giardíase, ascaridíase, amebíase, teníase, dentre outras (UEKER et al., 2007).

Em se tratando da contaminação de origem química, é valido salientar que alguns metais pesados são considerados essenciais, pois participam de reações importantes nos organismos vivos como cobre zinco e cromo. Estes são vinculados prioritariamente por fontes alimentares, apesar da água, respiração e pele também se constituir em fontes de acesso para estes microelementos. De forma contrária, há metais pesados como chumbo, arsênio, berílio, cádmio e mercúrio, cuja ingestão torna-se tóxica aos organismos vivos, por estes promoverem alterações nas estruturas celulares, competindo pelos mesmos sítios dos micronutrientes (VIRGA; GERALDO; SANTOS, 2007).

Na Bahia, o reconhecido efeito da contaminação ambiental por metais pesados encontra-se na BTS e, principalmente, em Santo Amaro. Ambos são tema de diversos estudos, que buscam determinar os níveis de contaminação e os danos causados nas populações que habitam estas áreas. Altas concentrações de cádmio, chumbo, mercúrio e arsênio foram identificados em moluscos, peixes e crustáceos, sendo encontrada presença de chumbo e cádmio acima do limite aceitável pela legislação brasileira em espécies de moluscos como Bebe-fumo (Chumbinho) e Sururu, bastante consumidos na região (SANTOS 2011; ROCHA et al., 2012; CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS, 2001; CARVALHO et al., 1986; 2003; ANDRADE; MORAES, 2013).

Verifica-se em Santo Amaro, que em meio à contaminação invisível do leito do rio, famílias de comunidades quilombolas residentes nas margens do mangue convivem com os resíduos sólidos, restos de resíduos orgânicos, pneus e plásticos boiando nas águas contaminadas. Embora, seja destas águas que marisqueiras, retiram da maré seu principal alimento e fonte de renda (ANDRADE; MORAES, 2013; ANDRADE, 2012; CARVALHO et al., 1986, 2003; SANTOS, 2011).

Considera-se que neste cenário a eminência de escassez ou desaparecimento de recursos naturais como o marisco, crustáceos e peixes, em virtude da contaminação ambiental, existam entre os habitantes dos mangues situações de vulnerabilidade, miséria, má nutrição e fome, tendo em vista a redução da capacidade produtiva e piora da renda.

3.4 COMENTÁRIOS SOBRE A HISTÓRIA DE SANTO AMARO: DA CANA-DE-AÇÚCAR AO LEGADO DO CHUMBO

Pertencente à mesorregião geográfica metropolitana de Salvador e à região econômica do Recôncavo Sul, o município de Santo Amaro (Figura 1) está situado a 75km da cidade do Salvador (capital baiana), possui população de 57.800 habitantes, ocupa área de 492,916 km² (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA-SEI , 2010). O município tem Produto Interno Bruto-PIB *per capita* de R\$4.460,08/ano e ocupa o 38º lugar no *ranking* baiano para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. Apresenta percentual de adultos analfabetos de 82,4 % e a principal ocupação dos Santamarenses são os serviços na administração pública, seguido pela indústria de celulose, comércio, agricultura,

pecuária, mariscagem e pesca (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA-SEI, 2010).

FIGURA 1 - Mapa da Baía de Todos os Santos (BTS) no destaque o Município de Santo Amaro-Ba.



Fonte: Google Mapas (2013).

Fundada em 05 de janeiro de 1727, com a denominação de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, teve relevante papel nas lutas da Independência da Bahia (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2013). Esta região do Recôncavo, próxima à BTS, constata-se singular importância na história sociocultural e econômica da Bahia e do Brasil. Sua localização e características geográficas, clima, existência de rios navegáveis, composição do solo e o relevo, proporcionaram a esta região o *status* de polo integrador econômico, cultural e político do Brasil durante os séculos XVIII e início de XIX, principalmente com o apogeu da cana-de-açúcar e dos engenhos, das lavouras de fumo e indústria de tabaco (SANTOS, 1959).

Com a decadência da cana-de-açúcar, do fumo e o fim da escravidão, ocorreu a interiorização da população e, sobretudo, principalmente de alguns núcleos descendentes africanos (ex-escravos), que migraram em busca de terra e melhores condições de vida resultando na expansão do recôncavo. Assim, a maior parte dos povoados, comunidades foram formados por pequenos agricultores, marisqueiras e pescadores (SANTOS, 1959; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2013).

A cidade de Santo Amaro, que tinha a função estratégica de empório comercial (junto ao município de Cachoeira e de outras cidades do Recôncavo), em virtude do seu porto local e da proximidade à capital, constituiu ferrovia na década de 1930 e, mais tarde, com a rodovia reduzindo sobremaneira a função portuária e diminuído a sua importância como entreposto comercial (SANTOS, 1959).

Para Santos (1959), em 1940 a superposição de redes de estradas, a complementação de ferrovias e o agravamento da decadência de lavouras de fumo e cana-de-açúcar promoveram uma intensa migração do campo-cidade. Esta nova configuração urbana para região do Recôncavo e o desenvolvimento de regiões produtoras de alimentos, tornaram a cidade de Santo Amaro e o cais do rio Subaé, reduzidos à pesca artesanal e a mariscagem.

Na década de 1950, com descoberta do petróleo no Recôncavo surge a esperança do desenvolvimento econômico e melhoria da situação de atraso anteriormente vivida pela região. Entretanto, este ocorreu de forma diferenciada entre os municípios, favorecendo, por exemplo, São Francisco do Conde, Catu e Nazaré das Farinhas, que desfrutaram das benesses dos *royalties* ganhos com extração, refinamento e circulação do produto. Com a justificativa de retomada do desenvolvimento econômico várias indústrias foram instaladas no Recôncavo, como a de chumbo e celulose e papel (SANTOS, 1959; ARAÚJO, 1986; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2013).

Na década de 1960, como resultado da implantação da indústria francesa Plumbum Metalúrgica Ltda., em Santo Amaro, em funcionamento entre 1963 a 1993, observou-se uma intensa degradação ambiental e contaminação por metais pesados dos rios, manguezais e solo. De acordo com o Ministério da Saúde, em 2003, pelo menos 675 pessoas da comunidade de Caieira sofriam diretamente com a contaminação por metais pesados pelo consumo de mariscos e pescados contaminados, os quais se revertiam em danos à saúde dessas populações (BRASIL, 2003b; CARVALHO et al., 2003; TAVARES; CARVALHO, 1992).

O impacto da contaminação em Santo Amaro teve proporções catastróficas, quando a falta de informações adequadas sobre os riscos à saúde sob a manipulação das escórias, resultou na utilização dos resíduos contaminados na pavimentação de ruas e casas no Município, agravando os efeitos da contaminação e afetando toda a população (TAVARES; CARVALHO, 1992; BRASIL, 2003).

Entre os danos à saúde causados pela contaminação biológica e química encontram-se enteropatias, diarreias, deficiências nutricionais provocadas por verminoses, má formação fetal, problemas neurológicos, renais, e no sistema ósseo como evidenciado por Carvalho et al. (2003, 1986) e Tavares e Carvalho (1992) em seus estudos.

Além dos citados efeitos sob a saúde da população, existem também impactos sociais e econômicos provocados pela contaminação, sobretudo, quando as modificações ambientais interferem na produção de espécies marinhas, comercialização do pescado e no peso social ao residir em um local reconhecidamente contaminado (SANTOS, 2011; ANDRADE; MORAES, 2013; ANDRADE, 2012; FREITAS et al., 2012).

Entre as reivindicações aos danos causados pela empresa francesa Plumbum Metalúrgica Ltda. pelo Ministério Público Federal da Bahia encontra-se a indenização financeira ao Município e a implantação de um centro de referência para tratamento de pacientes vítimas de contaminação por metais pesados, além de plano efetivo para este tratamento, os quais segundo o Ministério Público Federal devem ser imediatamente executados, mas sem efetivação até a data presente.

3.5 A MULHER MARISQUEIRA E O MARISCO

A mariscagem, atividade de pesca artesanal, tem sua produção tradicionalmente garantida por mulheres e crianças, cuja contribuição econômica tem na extração de mariscos o meio de subsistência. Nessa atividade as mulheres são as protagonistas principais. O homem trabalha na extração de marisco apenas em situações de dificuldades na pesca, como a falta de instrumentos como canos e redes ou quando se encontra mais velho (PENA; FREITAS; CARDIM, 2011).

Na Bahia, quarenta e cinco por cento do contingente de trabalhadores da pesca⁵ são do sexo feminino, evidenciando a importância da mulher no cenário produtivo pesqueiro. O modo tradicional de captura do marisco, sua organização social e cultural, além dos modos tradicionais de produção define a mulher marisqueira como pertencente à comunidade e povos tradicionais⁶ e como agricultora familiar, embora, estas designações sejam definidas a partir da autoatribuição (BRASIL, 2007, 2006b).

As marisqueiras tem uma participação importante na renda familiar e da SAN doméstica, conforme analisa Renato Maluf (2007). Isto porque, em lugares como Caeira, a principal atividade econômica é a pesca e mariscagem, principal meio de sobrevivência da população nativa, que tem a complementação de renda garantida por recursos federais disponibilizados a esta população como: do programa bolsa família e do seguro⁷ e a economia familiar é dependente da mulher e do homem. Entretanto, ressalta-se que, os recursos pesqueiros ainda são tímidos considerando a falta de estrutura verificada em povoados e localidades que tem a sua principal capacidade produtiva, o marisco e o pescado (BRASIL, 2003c; MELO, 2008; MARTINS, 2008).

A mariscagem, que inclui a captura de espécies nativas descritas no Quadro 1, realiza-se em *habitat* de substratos: lodoso, arenoso, aderidos as árvores do mangue e nos próprios manguezais (SOUTO, 2007).

⁵ Segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura, - MAPA, 60 do pescado nacional é proveniente de pescadores profissionais artesanais, A Bahia é o terceiro maior produtor nacional e importante representante entre os Estados produtores de pescado e mariscos (DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL, 2010)

⁶ Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

⁷ Seguro defeso- é o seguro desemprego dos pescadores artesanais é pago no período em que a pesca é interrompida para garantir a reprodução das espécies (BRASIL, 2003c).

Quadro1. Espécies coletadas pelas marisqueiras e pescadores da Caeira, Santo Amaro, Bahia

Nome popular	Nome científico
Caranguejo	<i>Ucides cordatus</i>
Sururu	<i>Mytella sp.</i>
Siri de coroa ou de várzea	<i>Callinectes danae</i>
Siri de mangue	<i>C.exaspetatus</i>
Bebe fumo (Chumbinho)	<i>Anomalocardia brasiliane.</i>
Ostra	<i>Crassostrea rhizophorae</i>
Miroró mirim ou verdadeiro	<i>Gobionellus oceanicus</i>
Amoreira	<i>Bathygobius soparator</i>

Em áreas de estuário como Caeira, é comum o desenvolvimento de vegetação característica de manguezal. Este é citado em Souto (2007) como:

Ecossistema costeiro de transição entre ambientes terrestres e marinhos característicos de região de tropicais e subtropicais sujeitos ao regime das marés e constituído por vegetação lenhosa típica (...), adaptada a flutuações salinas e caracterizada por colonizarem sedimentos predominantemente lodosos, com baixo teor de oxigênio (SOUTO, 2007, p.71).

As espécies vegetais identificadas na Caeira, conforme Quadro 2, encontram-se em toda a extensão da rua e também no quintal das casas.

Quadro 2 - Vegetação de mangue identificada em Caeira, Santo Amaro, Bahia.

Nome popular	Nome científico
Mangue vermelho	<i>Rhizophora mangle</i>
Mangue Branco	<i>Laguncerla racemosa</i>
Saraíba	<i>Avicennia shaueriana</i>

Cabe ressaltar que, diante do quadro de exposição à contaminação química e biológica em Caeira, o consumo de mariscos, crustáceos e peixes, torna-se inseguro do ponto de vista alimentar

e nutricional para consumidores. Segundo Resgalla Jr e Piovezan (2009), os animais bivalves, filtram colunas de partículas orgânicas e inorgânicas dispersas na água e os peixes e crustáceos alimentam-se de microalgas e de animais menores comprometendo toda a cadeia alimentar na presença de contaminantes e metais pesados e resultando em danos para a saúde dos indivíduos (FREITAS et al., 2012).

Também torna-se insegura a participação do pescado na Alimentação Escolar em Santo Amaro. O marisco do manguezal é um produto da agricultura familiar, e deveria ser adquirido para o Programa Nacional Alimentação Escolar (BRASIL, 2009), promovendo melhor variedade na alimentação dos escolares. Entretanto, lamentavelmente, percebe-se uma baixa participação desses nos cardápios das escolas brasileiras, apesar de serem importantes fontes de proteínas e sais minerais.

Ademais, a compra dos mariscos para a alimentação escolar poderia garantir um adicional à renda das mulheres de áreas costeiras em todo o País, não fosse, a pouca profissionalização de marisqueira, baixos estímulos governamentais e a burocratização do processo de aquisição, além dos riscos que produtos e produtores estão susceptíveis nas regiões litorâneas devido à situação de exploração industrial e urbanização, também identificado em Caieira.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1 TIPO DE ESTUDO

Adota-se como referência metodológica a pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica, do tipo exploratório descritiva, com entrevistas em profundidade, cuja fundamentação teórico-metodológica se dá a partir de postulados da Análise do Discurso, conforme os estudos de Michel Pêcheux e Eni Puccinelli Orlandi, bem como as contribuições de Paul Ricoeur para atender aos objetivos propostos.

Para abordar aspectos da realidade, centra-se na dinâmica das relações sociais, por meio da descrição, compreensão, interpretação de sentidos e significados da SAN e a contaminação ambiental atribuído por estas mulheres, em seus contextos sociais. Para Geertz (1978, p.13), “a etnografia é como uma descrição densa, (...) que busca o alargamento do universo do discurso e das práticas humanas, traduzida em uma atividade interpretativa do discurso social e das ações humanas como ato simbólico”.

Neste exercício de ver, olhar e identificar na linguagem similitudes e contradições sobre o objeto de estudo, é necessário apreender categorias ou eixos temáticos para a estrutura interpretativa. Na observação direta, no período mínimo de três meses pretende-se compreender as estratégias cotidianas desenvolvidas pelas marisqueiras, no que tange à contaminação alimentar, à situação social circunscrita, ao cotidiano de trabalho de mariscagem e como esta é compreendida e resignificada por elas.

4.2 A COMUNIDADE DE MARISQUEIRAS E PESCADORES DA CAEIRA

Localizada no bairro do Trapiche de Baixo, sede do município de Santo Amaro, a antiga colônia de pescadores situa-se em área de estuário, no manguezal. Este recebe efluentes do rio Subaé, o qual corta toda a extensão das casas.

A comunidade de Caeira recebeu este nome devido à extinta fábrica de Óxido de cálcio (CAL-VIRGEM) na sua proximidade. E seus habitantes estão entre os indivíduos com maior vulnerabilidade social do Município.

Com características distintas das comunidades quilombolas rurais no Brasil, esta se encontra em perímetro urbano, tem infraestrutura mínima de serviços públicos como o calçamento de ruas, construção de cais, implantação de postos de iluminação, abastecimento de água, sanitários dentro das casas e coleta periódica de resíduos sólidos. As casas são de alvenaria com quatro a cinco cômodos. Contudo, o acesso a alguns serviços públicos ainda são difíceis para a população, a exemplo da ausência de escolas de ensino básico e fundamental, posto de saúde, esgotamento sanitário, e transporte.

Os esgotos escorrendo a céu aberto, pelos fundos das casas sinaliza a maior susceptibilidade da população a adquirirem diversas enfermidades como: enteropatias, leptospirose e dengue. Segundo pesquisa realizada em 2003 (único censo no lugar), cerca de 675 pessoas eram residentes na Caieira e a grande maioria vivia exclusivamente da pesca e mariscagem, além de aposentadorias, programas de transferência de renda e em época específica, o Seguro-defeso (BRASIL, 2003b).

Ainda hoje são verificadas condições semelhantes há dez anos, em que a maior parte das famílias residentes vive da captura de mariscos da maré e da complementação de renda por programas de renda mínima como, o Bolsa Família.

A seleção desta comunidade deu-se a partir do diagnóstico de exposição ao risco de contaminação química da população de Caieira como consumidores de marisco, segundo Relatório de Avaliação ao Risco realizado em 2003 no Município (BRASIL, 2003) e contaminação biológica proveniente dos resíduos sólidos e líquidos lançados no estuário do rio Subaé.

A definição dos sujeitos colaboradoras desta pesquisa deu-se a partir da adesão voluntária destes após apresentação da mesma em reunião com lideranças da comunidade. A partir deste contato inicial foi utilizada a técnica de seleção conhecida como *snowball* (Bola de Neve), em que, os novos colaboradores indicarão outros e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto. Os critérios são: ser marisqueira, residir em Caieira há pelo menos cinco anos, ter idade superior a 16 anos e não superior a 95 anos (em circunstâncias de gozo de lucidez). Na oportunidade viram à tona fragmentos biográficos que foram valorizados para uma abordagem da história contada sobre o lugar (SOUZA, 2006). Nesse campo empírico privilegiam-se as falas relacionais bem como a produção de um desenho dos discursos sobre SAN e contaminação

ambiental. Vale lembrar que a contaminação química no Município, tornou-se conhecida há mais de trinta anos, sendo importante registrar a situação de possíveis danos à saúde, bem como, a memória deste fato.

O tempo de trabalho de campo, com registros em diário, ocorreu entre junho a setembro de 2014, imediatamente após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, conforme a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012).

A coleta de informações foi iniciada somente com a autorização da colaboradora da pesquisa, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo absoluto sigilo da identidade da mesma com uso de pseudônimo, assegurando que não ocorram danos morais ou qualquer tipo de exposição ou constrangimento.

4.3. PRODUÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Nesta pesquisa projeto a observação participante visou observar para analisar e descrever as relações estabelecidas nos discursos das marisqueiras sobre a SAN relacionada à contaminação ambiental. Nessa perspectiva, foi descrito o cotidiano de trabalho das marisqueiras na maré, suas estratégias para a venda dos produtos frente à contaminação alimentar.

Teoricamente, o observador percebeu as sensações que a experiência vivida faz emergir, devendo-se, para tal, desfazer-se do hábito de naturalizar aquilo que é cultural, fazendo-se na descrição etnográfica uma pausa no olhar de um fato, uma imagem, um gesto, um ato; como uma pausa no tempo e no movimento, num estado de contemplação, de uma maneira tal que não sejam percebidas apenas as “formas”, mas, antes de tudo, o sentir, a apreensão do sentido daquilo que é visto (LAPLANTINE, 2005).

As entrevistas em profundidade ou semiestruturadas foram orientadas por um roteiro conforme descrito em (APÊNDICE A) destinado às marisqueiras. Nesta entrevista, busca-se investigar aspectos relacionados a dados pessoais das marisqueiras, renda familiar, gastos com alimentação, acesso e hábitos alimentares, contaminação ambiental e suas consequências para a SAN, além de estratégias de comercialização dos mariscos identificadas durante este período, às ações executadas por estes sujeitos relacionadas à sobrevivência e acesso aos alimentos e bens de consumo.

Desse modo, a análise das narrativas destas mulheres permitiu compreender os significados e os sentidos atribuídos à contaminação ambiental (aqui entendida como química e biológica) e sua relação com a SAN.

As entrevistas foram gravadas em áudio, com devido consentimento das marisqueiras sendo transcritas para posterior análise. Cabe destacar que em algumas situações foi necessário retornar o contato com marisqueiras entrevistadas para esclarecimento de pontos obscuros.

No que tange à organização e análise dos dados, o objetivo foi de realizar uma reflexão geral sobre condições de produção e apresentação de significação da SAN com as narrativas, com vistas a compreender o modo de funcionamento, os princípios de organização e as formas de produção dos sentidos (PÊCHEUX, 1988).

Ao procurar entender os significados existentes no discurso das marisqueiras dessa Comunidade Remanescente de Quilombo sobre Segurança Alimentar e Nutricional, no contexto da situação vivenciada no município de Santo Amaro foram considerados os textos da observação participante e das entrevistas. Para uma contextualização macrossocial foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática (CAPRARA, 2003; CAPRARA; VERAS, 2005; MINAYO, 2007; TERRA et al., 2009).

A busca da profundidade do tema deu-se a partir do desenvolvimento de algumas etapas no plano de análise, como a categorização e interpretação das informações obtidas, seguindo etapas:

1. No primeiro momento, foi realizada uma codificação aberta e exaustiva, com o objetivo de fazer emergir dos dados empíricos (observação participante e entrevistas individuais) o maior número possível de termos e sentenças conceituais (subcategorias).
2. Adiante, esta codificação foi melhor especificada, com propriedades e dimensões dos conceitos, dos sentidos dados à experiência educativa interdisciplinar.
3. Foi realizada identificação das dimensões dos temas abordados.
4. Foi elaborada progressivamente uma descrição integrada a estes temas, com redefinição das categorias, até que nenhum novo dado possa contradizê-los, que é a saturação empírica.

5. E, por fim, foram estabelecidas relações entre as categorias produzidas, com um mapeamento dos principais termos, culminando em uma integração final um eixo central, a saber: a SAN relacional à contaminação ambiental.

4.4 DEVOLUTIVA A COMUNIDADE

A contaminação em Santo Amaro é um tema complexo, devido à gravidade de riscos à saúde e dos impactos evidenciados na população, no solo, rios e outros segmentos do meio ambiente em todo o Município, ao longo de mais de trinta anos sem soluções efetivas.

Durante anos, estudos foram desenvolvidos em Santo Amaro com o objetivo de avaliar os impactos e riscos da contaminação ambiental, sem, contudo, saber o que pensam os moradores sobre o tema.

Nesta perspectiva, ao entender que a SAN deve abarcar conteúdos ambientais e não somente renda, pretendeu-se com este estudo apresentar um material capaz de contribuir com o debate no campo da saúde, alimentação e nutrição. Quando concluído será apresentado à população local em seminário público.

PARTE II

5. RESULTADOS

Os resultados deste estudo são apresentados no formato de dois artigos científicos, como se mostra a seguir:

Artigo 1- Segurança Alimentar e Nutricional relacionado à contaminação ambiental em uma comunidade de marisqueiras em Santo Amaro, Bahia.

Artigo 2- Segurança Alimentar e Nutricional: Tabu e estigma da contaminação ambiental em uma comunidade de Santo Amaro, Bahia, Brasil.

:

Artigo 1

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL RELACIONADA À
CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL EM UMA COMUNIDADE DE MARISQUEIRAS EM
SANTO AMARO, BAHIA**

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL RELACIONADA À
CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL EM UMA COMUNIDADE MARISQUEIRAS EM
SANTO AMARO, BAHIA**

FOOD AND NUTRITION SECURITY AND THE RELATION TO ENVIRONMENTAL
CONTAMINATION IN A COMMUNITY OF SANTO AMARO, BAHIA

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre a Segurança Alimentar e Nutricional e sua relação com a contaminação ambiental na comunidade de Caeira, município de Santo Amaro, Bahia, Brasil. O estudo objetiva compreender os significados desse problema que afeta o direito humano à alimentação adequada de marisqueiras e suas famílias. Para tanto, utilizou-se uma pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica, com fundamentos da análise do discurso e interpretação das experiências descritas por meio da hermenêutica. Como resultado foi identificado as seguintes categorias de análise: 1) A contaminação química (por metais pesados) do marisco é uma ameaça concreta à preservação da tradição e da cultura local, mas para os moradores entrevistados este problema ambiental não co-existir com o presente; 2) A contaminação biológica (dos esgotos) é concebida por eles como parte da natureza, sendo incorporada pelo manguezal; 3) A Segurança Alimentar e Nutricional não é percebida como um campo da saúde ou do direito humano, mas é parte da sobrevivência com a comercialização dos produtos do mangue e do rio. Nesse sentido, sem soluções objetivas para a melhoria das condições ambientais de Caeira, as marisqueiras não creem ou não valorizam a contaminação (química e biológica) para conseguirem continuar seus cotidianos de captura, venda e consumo de mariscos.

Palavras-Chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Poluição Ambiental; Santo Amaro, Bahia; Brasil.

ABSTRACT

This is a study on the food and nutrition security and the relationship with environmental contamination in Caeira community, municipality of Santo Amaro, Bahia, Brazil. The study aims to understand the meanings of this problem that affects the human right to adequate food of women shellfish collectors and their families. As a result we have identified the following categories of analysis: 1) Chemical contamination (heavy metal) of seafood is a real threat to the preservation of tradition and local culture, but for the residents interviewed this environmental problem should not co-exist with the present; 2) organic contamination (sewage) is designed for them as part of nature, being built by the mangroves; 3) Food and Nutrition Security is not perceived as a field of health or human right, but it is part of survival with the marketing of mangrove products and the river. In this sense, without objective solutions to improve the environmental conditions of Caeira, the seafood restaurants do not believe or do not value the contamination (chemical and biological) to achieve continue their daily catch, sale and consumption of seafood.

Keywords: Food Security and Nutrition; Environmental Pollution; Santo Amaro, Bahia; Brazil.

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) enquanto política pública está descrita na Lei Orgânica-LOSAN¹ enquanto propósito intersetorial para garantir quantidade e qualidade alimentar para a população. Entende-se que isto se dá com a convergência de aspectos que envolvem múltiplos campos disciplinares: cultural, econômico, político, social, ambiental e relacionado à saúde^{1, 2, 3}.

Esta multiplicidade de enfoques adotada por setores do governo brasileiro considera a noção de SAN como um marco político e jurídico, pois reconhece a alimentação como um direito e obriga o Estado a garantir o acesso aos alimentos, assim como, assegurar a qualidade destes à população (sobretudo as tradicionais)^{2,3}.

No caso deste estudo, em uma comunidade de marisqueiras, observa-se a SAN comprometida com a contaminação ambiental. O rio e o manguezal, únicos meios de subsistência em Caeira, Santo Amaro, Bahia, estão contaminados por metais pesados, coliformes termotolerantes e outros elementos biológico^{s7,11}. A instabilidade produtiva, comercial e consumo constituem significados de Insegurança Alimentar e Nutricional^{2, 4}.

Estes povos das águas são intimidados por modelos agrícolas excludentes e insustentáveis, dominados por empresas multinacionais instaladas em seus territórios e grandes empreendimentos poluidores que ameaçam o trabalho, a infância, a maternidade, a vida. Semelhante às famílias de trabalhadores rurais, o acesso aos recursos naturais é condicionante para obtenção dos alimentos. Desta forma, a redução de trabalhadores de áreas extrativistas proporcionada pelo agronegócio e pela contaminação ambiental por metais pesados, principalmente, arsênio (As), chumbo (Pb), cádmio (Cd), zinco (Zn) e mercúrio (Hg) em espécies nativas impedem o acesso aos recursos naturais de qualidade e restringe a produção de pescados e mariscos^{3, 5}.

Em 2003, após emissão do relatório de avaliação do risco em Santo Amaro, Bahia, consumidores de moluscos pescados no rio Subaé, em especial os moradores da Caeira, foram proibidos de exercer suas atividades, por causa da contaminação por Pb e Cd em sedimentos e biota comestível⁶. Também, nesta época foi identificada a presença destes metais em Sururu no município vizinho, possivelmente provenientes do passivo ambiental deixado pela Companhia Brasileira de Chumbo-COBAC⁷. Em síntese, comunidades como Caeira, se mantêm expostas

ao risco contrário aos seus próprios interesses para desenvolvimento econômico de empresas transnacionais.

Desde a descoberta e privação de mariscar em seu próprio território, pescadores e marisqueiras de Caeira tem receios do legado deixado pela fábrica mineradora, como a divulgação de notícias sobre a contaminação do marisco que afetou a comercialização⁸.

Estudos realizados em Santo Amaro apontam como causa da contaminação do solo, espécies nativas e pessoas, os resíduos deixados pela indústria francesa Plumbum metalúrgica, ricos em elementos com poder carcinogênico como Chumbo, Arsênio, Cádmio, Zinco^{6, 8, 9, 10, 11}. Como consequência da exposição aos contaminantes químicos, gera-se um círculo vicioso entre carência alimentar, degradação ambiental, receios e insegurança agravando a situação de pobreza e fome para as famílias dependentes do rio, do mar e do mangue, mantendo-as cada vez mais distantes da possibilidade de equidade social³.

Também são expressões da Insegurança Alimentar e Nutricional a baixa escolaridade entre as marisqueiras, a falta de serviços públicos como: esgotamento sanitário, assistência à saúde; ademais da precariedade nas condições de trabalho adquiridas ao longo dos anos com a captura e catação do marisco¹². A constante exposição ao sol, à postura com flexão de coluna e movimentos dos membros superiores num ritmo cadenciado, à utilização dos dedos ou instrumentos artesanais como ferramentas de trabalho na captura do marisco são comprometedores da saúde causa das lesões e aposentadoria precoce de marisqueiras^{4, 12}.

Além dos problemas referidos há também a contaminação biológica oriunda da ausência de esgotamento sanitário no Município, que interfere na qualidade dos alimentos provenientes do rio e mangue.

Segundo Moraes e Borja¹³ as ações de saneamento básico são basilares para a garantia de direitos do cidadão. Isto por que quando executadas contribuem para promoção e prevenção de saúde, ausência de doenças e preservação qualidade de vida dos habitantes. De forma contrária, aglomerados urbanos e rurais com características ambientais insalubres como em Caeira, constituem-se em focos de epidemias de muitas enfermidades, a exemplo da cólera³.

Ao fazer relação entre contaminação ambiental e SAN, numa perspectiva da abordagem qualitativa, esta investigação parte da seguinte hipótese: Ao negar sua condição de sobreviventes na área contaminada de Caeira, em Santo Amaro, as marisqueiras criam maneiras de encobrir o fenômeno da contaminação ambiental para manter a regularidade de seus cotidianos, por meio da

ilusão de que estão vivenciando condições ideais de produção de mariscos como no passado de suas famílias.

Em correspondência, este estudo aborda as seguintes questões centrais: Como as marisqueiras compreendem a SAN no contexto de contaminação biológica e química por metais pesados? Em que medida a contaminação, principalmente a química, dificulta seu trabalho e as relações sociais existentes?

Cabe destacar que, esta investigação não teve a intenção de elaborar um diagnóstico da situação de segurança alimentar e nutricional destes sujeitos, mas revelar a compreensão e sua interpretação deste tema no cotidiano e em relação à contaminação ambiental. Assim, não foi necessário utilizar a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) adaptado por Segall-Correa¹⁴, vez que, o estudo etnográfico trouxe outros aspectos sobre o problema, como os significados do nexos entre SAN e contaminação. Também, cabe destacar que a EBIA mostrou-se imprecisa para analisar ISAN em povos étnicos, sobretudo, no que concerne à compreensão sobre hábitos os aspectos culturais peculiares destes ^{2, 4, 14}.

Neste sentido, ao estudar esta comunidade quilombola, o presente artigo analisa o discurso das marisqueiras sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a relação com a contaminação ambiental em Caeira, Santo Amaro, Bahia. A pretensão é continuar dando visibilidade à situação vivenciada por famílias deste bairro estigmatizada pela venda de mariscos contaminados por metais pesados. Desse modo, obtêm-se significados deste problema, com os livres discursos dos sujeitos: as marisqueiras de Caeira. Apresenta-se uma descrição do cotidiano alimentar e do trabalho no manguezal, as estratégias para a venda dos mariscos e a contaminação ambiental, não só como uma ameaça à situação econômica desta comunidade, mas também, a interferência da contaminação nas questões culturais desta população. A escolha dos sujeitos faz jus ao papel da mulher como principal responsável pela alimentação dos membros da família, ou seja, a protagonista central da SAN doméstica ³.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa ocorreu na comunidade pesqueira de Caeira, município de Santo Amaro, Bahia, no período de janeiro a outubro de 2014, em visitas não consecutivas. A metodologia utilizada contemplou pesquisa de abordagem etnográfica e análise dos discursos de marisqueiras.

Para alcançar os objetivos, foram utilizadas técnicas como a entrevista em profundidade seguindo um roteiro de questões sobre o objeto de estudo e observação do cotidiano com registro em diário de campo^{15, 16}. Para Análise do Discurso optou-se pelas técnicas adotadas por Pêcheux¹⁷, Eni Orlandi¹⁸ e a interpretação com base nos estudos sobre a hermenêutica em Paul Ricoeur¹⁹ e Cecília Minayo¹⁶, a fim de obter uma compreensão dos significados da SAN e sua relação com a contaminação ambiental.

As entrevistas foram realizadas após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo gravadas, transcritas e analisadas¹⁹. As informações foram obtidas durante as atividades cotidianas em ambientes domésticos, trabalho e lazer das marisqueiras, com duração média de uma hora, com retorno aos sujeitos quando necessário, para acréscimo das informações ou verificação de novas questões relativas ao objeto do estudo. Para preservar suas identidades foram utilizados nomes fictícios.

A seleção das colaboradoras definiu-se a partir da indicação de 12 participantes segundo adaptação do método conhecido como ‘bola de neve’ (*snowball*)²⁰. O número de selecionadas atingido foi satisfatório, considerando o critério de saturação das falas (intersubjetividade dos discursos)¹⁶. A idade das mulheres variou entre 19 e 88 anos e, em geral, elas apresentavam baixa escolaridade, sendo todas residentes na Caeira. Foram descritos aspectos relacionados à renda familiar, gastos com alimentação, acesso e hábitos alimentares, o que pensam sobre a contaminação ambiental e suas consequências para a SAN. Além disso, foram observadas estratégias de comercialização dos mariscos identificadas durante este período.

Este estudo teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (Parecer número 730.144).

A comunidade de marisqueiras e pescadores da Caeira

A comunidade da Caeira está localizada no município de Santo Amaro, Bahia; uma população municipal de 57.800 habitantes e IDH médio, com crescimento no período entre 2000 e 2010²¹. E recebeu este nome devido à extinta fábrica de Óxido de cálcio (CAL-VIRGEM) em sua proximidade.

Na Caeira predomina a vegetação de mangue: mangue vermelho (*Rhizophora mangle*) e branco (*Laguncularia racumphora*), junto às casas. A biodiversidade é abundante, com destaque para as espécies como Sururu (*Mytella charruana*), Guaiamu (*Cardisoma guanhumi*), Aratu (*Aratus pisoni*), Chumbinho (*Anomalocardia brasiliana*), Caranguejo (*Ucides cordatus*), Mapé (*Pteria Radiata*) Miroró (*Mirroró-açum*), Siri (*Callinectes arcuatus*), Camarão (*Farfantepenaeus subtilis*).

No município, o clima é variável entre seco a subúmido, com temperatura média de 25,4 °C. O solo é classificado como: Podzólico vermelho-amarelo Álico Vertissolo, Latossolo amarelo Álico, solos característicos de manguezal⁶. E as mais de duzentas famílias de pescadores e marisqueiras remanescentes de quilombos residem em pequenas casas de alvenaria, com cinco cômodos em média, conforme descrição dos moradores, e todos tem acesso à luz, água encanada, serviço de coleta de resíduos sólidos e calçamento nas ruas, contudo, na maioria das residências o esgoto corre a céu aberto nos quintais, não há transporte público, áreas de lazer, ensino fundamental e médio e posto de saúde.

O rio Subaé é impactado por emissões de esgotos sanitários, resíduos sólidos e químicos de uma indústria de papel e da inativa Companhia Brasileira de Chumbo-COBAC, o que ocasiona a redução de espécies nativas do rio e do manguezal²², obrigando as marisqueiras a capturar mariscos em áreas mais distantes de suas casas.

ACEPÇÕES DAS MARISQUEIRAS SOBRE A CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O significado da contaminação química

A pesca artesanal em Caeira seria semelhante a tantas outras comunidades tradicionais situadas ao longo da Baía de Todos os Santos, se não fossem as notícias do passivo ambiental de metais pesados que torna a localidade uma das mais contaminadas do mundo ^{6,10}.

Quando indagadas sobre a contaminação do lugar, torna-se evidente a preocupação que demonstram com a contaminação química. Ao mesmo tempo que informam não haver mais este tipo de contaminação, seus gestos, o silêncio e expressões faciais sinalizam o temor, o medo de falar sobre o assunto, o medo de não conseguirem vender o marisco nas feiras.

Contrários às notícias de contaminação em suas águas, mas precavidos em assegurar as vendas, marisqueiras e pescadores buscam lugares mais distantes para capturar o marisco, receosos de terem problemas com a comercialização na feira local.

As marisqueiras, dizem que lhes faltam informações precisas sobre a gravidade do risco à saúde frente à exposição diária à contaminação química, apoio de recursos tecnológicos e dos pesquisadores que estudaram a área, para definir local de concentração dos contaminantes.

Ressalta-se, sob o ponto de vista da garantia da SAN, a importância do conhecimento e monitorização dos níveis de metais nos alimentos, pelos potenciais efeitos nutricionais e toxicológicos à saúde humana e, principalmente, quando estes são a principal fonte produtiva e de consumo de populações vulneráveis como da Caeira. Não obstante, apesar da evidente exposição à contaminação por Pb e Cd em estudo anterior⁶ de avaliação do risco, não foram encontradas registros deste acompanhamento na comunidade.

Cabe reconhecer que, nem mesmo as numerosas pesquisas realizadas no município¹⁰ foram suficientes para promover soluções ao problema da contaminação química, pois estas são dependentes dos diversos setores e instâncias públicas e população exposta.

Neste contexto, conscientes da ameaça à sobrevivência dos seus descendentes frente a contaminação química, moradores da Caeira preocupam-se com as condições atuais e o futuro ambiental do lugar. Beck²³ denomina-os como sociedade de risco, vez que, reconhecem os efeitos da urbanização e industrialização em seu território. Desta forma, preferem acreditar que a

contaminação química já passou e entendem que não é tão grave, e por isso, podem consumir e vender.

Neste sentido, a experiência de viver nesta comunidade é assegurada pela venda de mariscos e pescados, crédito do Programa Bolsa Família, Seguro-Defeso e uma espécie de cooperativa remunerada, nomeada “Caixa”. Um tipo de alternativa de economia popular, para aumentar o poder de compra, já que, os ganhos com o marisco são variáveis e dependentes da especulação financeira de atravessadores, condições do tempo, demanda de mercado e disponibilidade da própria marisqueira. Diferente das poupanças convencionais estabelecidas pelo regime bancário, seus participantes partilham de recursos para a concretização de um objetivo relacionado à aquisição de bens, pois segundo depoimentos locais a renda obtida dos produtos da maré não é o suficiente:

Você quer ver o dinheiro que a gente faz? Quando faz uma caixa e recebe mil e duzentos a dois mil e tanto, ai a gente vê o efeito da nossa pescaria. Mais se for deixar dentro de casa, [...] for dia de segunda-feira, vai para feira, compra pão, compra as coisas para dentro de casa ai o dinheiro não rende (Nea, 70 anos).

[...] Tudo que tem aqui na minha casa veio da maré, porque a gente entra em caixa com que dinheiro? Dinheiro da maré. [...]. Eu entro em caixa, de mês e de semana (Hilda, 35 anos).

Sobre a expressão “maré”, citada nas narrativas, cabe esclarecer que é o movimento das águas do rio próximo ao mar.

O significado da contaminação biológica

Quanto à contaminação biológica, segundo as marisqueiras, esta é naturalizada, vez que, faz parte da própria natureza, pois para elas, não provoca doenças, nem mata. *[...] Nenhum rio é totalmente limpo, as praias não estão limpas, não tem um rio que não fique contaminado (Bia, 32 anos).*

Para estas mulheres não há possibilidade de adoecimento proveniente da contaminação biológica oriunda dos esgotos sanitários lançados no rio e nos manguezais. Conferem-se enfermidades à exposição química ocupacional e ao rato, a exemplo da leptospirose.

A maré, assim como o mangue, é provedora da vida: *“No mangue não tem contaminação, a poluição não vai lá, e a gente marisca mais dentro do mangue, afeta só o rio” (Eva, 62 aos).*

Em suas próprias linguagens o manguezal é um local sagrado, também descrito em outro estudo ²⁴. Neste ecossistema produtivo, é o *habitat* de inúmeras espécies onde o alimento é retirado para o sustento da família. Por isso é o lugar sem sujeira e preservado pela natureza.

Em várias narrativas das marisqueiras torna-se evidente a analogia entre mangue e maternidade. A “Mãe Maré” é a genitora do alimento que sustenta e garante renda e continuidade da vida. No plano simbólico, a maré se personifica na figura materna, e torna possível a realização efetiva dos anseios das marisqueiras, como mãe que gera e cria seus filhos, provedora do alimento, trabalho, dinheiro, força e esperança: *”Olha ai minhas sobrinhas, todas criadas pela maré”* (Joana, 38 anos).

Sobre este aspecto, também Josué de Castro²⁵ em sua obra ‘Homens e Caranguejo’ abordou o mangue como uma mãe que dá luz à vida. Para as marisqueiras de Caeira a contaminação oriunda dos esgotos sanitários é visível na proximidade das casas, e invisível no mangue onde tudo se mistura e limpa. Dessa forma, percebe-se na intersubjetividade das narrativas, uma barreira imaginária que impede dar visibilidade à contaminação do manguezal.

Nesse lugar tudo parece estar ‘limpo’. O esgoto que chega não contamina, porque o mangue restaura o ambiente com o vai e vem das marés. Ou seja, nos limites circunscritos ao mangue, os fatores geradores das doenças como os resíduos sólidos, esgotos sanitários, sofrem transformação. Neste ambiente as mulheres estão distantes das enfermidades como se estivessem resguardadas pela proteção divina. Desta forma, o mangue é o lugar da SAN.

As doenças aqui eram por causa da água. A água aqui não era tratada, era de poço. E a cólera é que atingiu muita gente. É só assim que o povo ficava doente aqui, por causa de contaminação da água. [...] Ficar alguém doente por causa do marisco, nunca ficou (Carla, 45 anos).

Em observância, conforme descrição de Castro²⁵ sobre a relação simbiótica entre homem e carangueijo, tudo que é lançado à maré foi, é ou será alimento para as espécies que vivem no manguezal. De modo correspondente, a maré e o mangue devolvem ao homem, como alimento, tudo que neles são lançados: matéria orgânica e inorgânica, resíduos industriais, retorna à cadeia alimentar pelas espécies marinhas tornando-se parte do próprio homem.

Antigamente a EMBASA jogava um bolo, parecendo vermes, aqui em frente das casas. Ninguém aguentava o fedor. Fedia demais, tinha vezes de dar até ânsia de vômito, quando o vento batia, mas agora parou (Bia, 32 anos).

A naturalização da contaminação biológica pode ser uma resposta à incapacidade dos moradores para resolver o problema da ausência de saneamento básico. Inconformados com a situação insalubre, mas atentos às necessidades de mudanças, eles fazem pequenos muros nas margens dos lençóis de esgotos para reduzir a invasão de ratos em casa.

O marisco como fonte de renda

No Brasil, em geral, estudos consideram^{3, 14} o nível de renda como parâmetro para avaliar o grau de carência de alimentos de uma família ou indivíduos. Contudo, cabe salientar que devido à natureza interdisciplinar do conceito SAN, o acesso a uma alimentação adequada e de qualidade pode ser influenciado pela contaminação ambiental¹⁴.

As marisqueiras da Caeira vivem esta realidade, tendo a captura do marisco como a principal fonte de renda, mas vivem sobre insegurança alimentar pela contaminação química e biológica. Embora não sofram de fome não tem a garantia de SAN, por tudo acima já referido.

Também, segundo Renato Maluf³ populações, tais como esta comunidade estudada, as despesas com alimentação, água, luz, entre outras, absorvem parte significativa dos ganhos e inviabiliza o acesso a outros bens que tornam a vida digna e mais confortável³. Não obstante, são também considerados requisitos para a garantia do Direito Humano à Alimentação adequada, o acesso à saúde, educação, transporte, itens ausentes neste lugar.

Quanto à atividade de mariscagem nesta comunidade, vale lembrar que são as mulheres as detentoras desse saber, e destinam-se à captura do Sururu e do Mapé frequentemente pela alta demanda local, mas também catam Peguari e Bebe-fumo (Chumbinho). Os homens restringem-se a capturar camarão, caranguejo, siri e peixe por estes necessitarem de maior esforço físico. No entanto, esta divisão sexual de trabalho não é rígida, mas obedece às condições produtivas e comerciais e às necessidades individuais de sobrevivência⁵.

Estas mulheres orientam a sua dupla ou por vezes tripla jornada de trabalho em função da maré e do calendário lunar, semelhante a outras comunidades tradicionais da pesca⁵. Em geral, são dispensados quatro a oito horas diárias de trabalho, a depender do tipo do pescado. No beneficiamento do sururu é exigido, além das quatro horas de captura no mangue ou na coroa, mais três a quatro horas, para cozimento, separação da casca e pesagem, a depender do volume

mariscado e do número de pessoas envolvidas no processo, diferente do marisco Mapé e outros frutos do mangue.

Em Caeira, o trabalho é diário, condicionado apenas pela necessidade. Até mesmo as mulheres com até nove meses de gestação, nutrizes, ou em idade avançada vão à maré, para garantir o sustento. “[...] *Eu acordava quatro horas da manhã, aprontava o café e deixava uma [filha] pequena cuidando das outras irmãs menores*” (Flor, 40 anos). A nosso ver, estas são expressões reveladoras da insegurança alimentar.

Sobre a relação do tempo natural e produtividade no mangue, cabe ressaltar que, para as mulheres de Caeira, a maré de maior produção de marisco é a “maré grande”, nesta há um aumento do tamanho do pescado, que atrai consumidores. Fase contrária, a de “maré pequena”, está relacionada à lua minguante e nova, fato também observado por Pena e Freitas⁵ em estudo com marisqueiras.

Estes mesmos autores chamam a atenção para os efeitos sobre o corpo e aumento das dores em períodos de “maré grande”. Os sintomas referidos são típicos de Lesão por Esforços Repetitivos (LER), em virtude da intensificação do trabalho. Sobre as queixas de dores relacionadas ao trabalho a marisqueira relata: “*Não vou mais mariscar, porque sinto muita dor nas pernas, nos braços, na coluna também*” (Eva, 62 anos). As más condições físicas associadas às horas de trabalho em posturas pouco confortáveis apoiadas pelos cotovelos em joelho foram descritas por Diva (31 anos) e Flor (40 anos) ao referir-se a captura do Mapé em terreno arenoso: “*O mais difícil de mariscar é o Mapé, porque a gente fica muito tempo agachada. Se eu for num dia, no outro para levantar da cama, meu Deus! É trabalho. Dói tudo! [...] dentro do mangue a gente se atola muito, cai e é aquela dificuldade* (Diva, 31 anos).

Com o Mapé, você tem que ficar o dia inteiro com o quadril para cima. E o sururu, você abaixa e levanta, abaixa e levanta (Flor, 40 anos).

Cabe destacar que, a postura não é o único esforço dispensado na atividade citada. Os movimentos repetidos comprometem mão, braços e ombros com uma cadência infernal⁵. De acordo com Pena e Freitas⁵ foram registrados por volta de 10.200 movimentos repetidos por hora com esforço na captura do sururu, caracterizando risco para a LER/DORT.

Também os instrumentos utilizados artesanalmente e de forma improvisada contribuem para o aumento dos riscos com cortes, perfurações e tétano. A captura do marisco no substrato arenoso e lodoso foi informada pelas marisqueiras de Caeira como difícil ou arriscado, em

virtude da presença de resíduos sólidos, como seringas contaminadas com material hospitalar, animais mortos e contaminantes químicos da fábrica de papel: “[...] *Mariscar não é tão gostoso como antigamente, esse lixo que desce no rio não tinha, hoje esta melhor por causa deste Gari do rio*” (Eva, 62 anos). “*Dentro do mangue a gente acha agulha de hospital, aí enfia a seringa no pau do mangue, outra vez a gente achou um bujão de agulha de hospital. Agora vê menos por causa do projeto Gari do rio*” (Ana, 47 anos).

Outrossim, as intempéries como chuva e frio, limitam o trabalho no mangue para algumas marisqueiras: “[...] *Esta semana quase ninguém aqui foi para maré, por causa da chuva e do frio*” (Eva, 62 anos); “[...] *quando está chovendo a gente não vai* (Flor, 40 anos)”. Em Caeira, entre maio e agosto, para garantir a produção, as mulheres compram de terceiros o marisco. Nestes períodos, além da mariscagem, as fontes de renda são o Seguro-Defeso e trabalho temporário como: lavagem de roupa de ganho, venda de quitute ou manicure e pedicure.

Em todas as narrativas, registram-se as dificuldades no desempenho da mariscagem: “*A vida de marisqueira não é mole, [...] ninguém dá valor*” (Ana, 47 anos); “*Trabalhar na maré é um pouquinho difícil, a gente enfrenta muita coisa*” (Diva 31anos); “*O dinheiro do trabalho com o marisco é pouco*” (Flor, 40 anos). Neste sentido, entendem que seu trabalho tem pouca valorização econômica. No Brasil, a Orientação Normativa nº 8/1997 do Ministério da Previdência Social, garantiu o reconhecimento legal do pescador artesanal e marisqueiras como segurados especiais e acesso legal a direitos e benefícios²⁷. Estão entre as vantagens asseguradas para a portadora de carteira da pesca, os auxílios doença e acidente, aposentadoria por idade ou invalidez, pensão por morte, salário maternidade, seguro-desemprego (garantido em períodos de defeso). Estes direitos são concedidos a marisqueiras inscritas no Registro Geral da Pesca (RGP), no caso da Caeira, por meio da Associação Pescadora e Marisqueiras da Caeira (AMAPESCA) ou na Associação de Pescadores e Marisqueiras Quilombolas Frutos do Mar. Para Carlos Freitas e colaboradores, a inclusão desta parcela da população como segurado especial foi uma importante medida político social de combate às desigualdades e a Insegurança Alimentar e Nutricional²⁷.

Não obstante, apesar da pesca artesanal ser uma importante atividade de trabalho e do aumento da produção do pescado no País, há uma falta de visibilidade das condições de trabalho e vida das marisqueiras e pescadores artesanais que se reproduz no valor pago ao produto do seu trabalho, conforme analisado por Pena e Freitas (2014). Sobre este aspecto, vale exemplificar a

dificuldade das marisqueiras em vender seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, pois ela não tem apoio das políticas governamentais como o Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF.

Ganha-se menos de um salário mínimo mensal com a captura do marisco. Estes ganhos podem ser ainda menores a depender do período do ano, conforme já mencionado⁵. “*Quem cata marisco e tem marido que pesca tem dinheiro todo final de semana*”. (Ana, 47anos). Entretanto, este ganho semanal relatado destina-se quase que exclusivamente à compra de alimentos.

Quanto ao hábito alimentar das marisqueiras, ressalta-se a preferência por fontes proteicas do tipo peixes, siri, caranguejo, além de variedades de marisco não capturadas diariamente. Prioriza-se o consumo de feijão, arroz e farinha de mandioca, base da alimentação, em detrimento de verduras, frutas e hortaliças. Estes pouco disponíveis, haja vista ausência de terras para o plantio. Neste sentido, quem reside na Caeira e vai à maré, compartilha do limitado acesso a alimentos essenciais para vida, dificuldades do trabalho e dos processos de saúde-doença que tornam insegura a vida destas mulheres da pesca.

Cabe considerar que, além do baixo valor de revenda do pescado as oportunidades são limitadas, como alerta Ana (47 anos): “*Não é todo mundo que pode vender na feira*”. Para procura de chances comerciais mais rentáveis, elas migram para cidades próximas ou buscam alternativas de venda como a domiciliar, cujos rendimentos são variáveis. Quando as vendas não são boas, o marisco é consumido pela própria família como principal alimento. Desta forma, percebem-se insegurança alimentar nesta controversa relação entre o valor pago pelo marisco e o gasto na compra de alimento e outros bens e despesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos significados da situação de contaminação ambiental das marisqueiras de Caeira evidenciou que para garantir a SAN, é necessário manter a qualidade dos alimentos e o acesso a estes. E os sujeitos que não tem estas proposições no seu mundo cotidiano, ou seja, inocuidade dos produtos consumidos, mesmo assegurando o acesso aos alimentos e por isso não passando fome, ainda assim sofrem de Insegurança Alimentar e Nutricional por viverem em um ambiente contaminado. Nestes termos, a questão da SAN não se resume à renda apenas, mas também a qualidade da alimentação e a inserção dos indivíduos no processo produtivo.

Os trabalhadores artesanais ainda têm poucos recursos para o beneficiamento dos mariscos, e vivem longas jornadas de trabalho na venda de sua produção, pois sendo de procedência de áreas de contaminação muitos consumidores da sede do Município não querem comprar estes produtos. Os comerciantes (atravessadores) e os próprios pescadores e marisqueiras viajam para outros territórios para garantir minimamente a venda.

A contaminação química dos mariscos é uma ameaça à preservação da tradição e cultura local, pois, sua identificação pode interferir na produtividade, comercialização e na permanência de gerações futuras na Caeira. No campo simbólico, as marisqueiras deste lugar se distanciam do problema ao evitar lembrar ou falar sobre a contaminação química. Assim, podem consumir e vender mariscos.

Sobre a contaminação biológica, esta é concebida por elas, como parte da natureza, sendo incorporada pelo manguezal. A noção de sujo e de limpo na dimensão empírica mostra o ciclo do caranguejo conforme descrição de Josué de Castro nos anos de 1967, no Nordeste Brasileiro. Esta é a identidade que marca a incerteza alimentar permanente, cujas dificuldades estão associadas à complexidade de viver as dimensões socioeconômicas e culturais descritas. A Segurança Alimentar e Nutricional não é concebida como um campo da saúde. Para a comunidade, importa a sobrevivência, e para tanto, a comercialização é a estratégia de vida para a SAN.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 set. 2009. Extraído de [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm], acesso em [13 nov. 2013].
2. Freitas MCS, Pena PGL. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. *Revista de Nutrição* 2007; 20(10): 69-91.
3. Maluf RSJ. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
4. Ribeiro DA. Concepções e Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional entre os Terreiros de candomblé de novos Alagados, Bahia. Tese [Doutorado em Saúde Pública]. Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia; 2013.
5. Pena PGLP, Freitas MCS. Sofrimento negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais. Pena PGLP, Martins VLA. Organizadores. Salvador: EDUFBA; 2014, 53-92.
6. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). *Avaliação de risco à saúde humana por metais pesados em Santo Amaro da Purificação para a Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
7. Santos LFP. Avaliação dos Teores de Cádmio e Chumbo em Pescado Proveniente de São Francisco do Conde, Bahia. [Dissertação de Mestrado]. Salvador (BA): Programa de Pós-Graduação Alimentos, Nutrição e Saúde, Universidade Federal da Bahia, 2011 Salvador, 2011.
8. Di Giulio GM, Figueredo BR, Ferreira LC, Dos Anjos JASA. Experiência brasileira e o debate sobre comunicação e governança do Risco em áreas contaminadas por Chumbo. *Ciências & Saúde Coletiva* 2012; 17: 337-349.

9. Tavares TM, Carvalho FM. Avaliação de exposição de populações humanas a metais pesados no ambiente: exemplos do Recôncavo Baiano. *Revista Química Nova*. 1992; 15: 147-154.
10. Andrade MF, Moraes LRS. Contaminação por chumbo em Santo Amaro desafia décadas de pesquisas e morosidade do poder público. *Ambiente & Sociedade* 2013;162: 63-80.
11. Centro de Tecnologia Mineral. Projeto Santo Amaro-Bahia. Aglutinando ideias, construindo soluções. Eds. Francisco Rego Chaves, Luiz Carlos Bertolino, Silvia Egler. 2 ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2012.
12. Pena PGL, Freitas MCS, Cardim A. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso e uma comunidade de marisqueiras na Ilha de Maré, Bahia. *Ciências e Saúde Coletiva* 2011; 16: 3383-3391
13. Moraes LRS, Borja PC. Política e Plano municipal de Saneamento Ambiental: Experiências e recomendações. Organização Panamericana da Saúde; Ministério das Cidades, Programa de Modernização do Setor de Saneamento. Brasília: OPAS, 2005.
14. Kepple AW, Segall-Corrêa AM. Conceituando e medindo a segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva* 2011; 16:187-199.
15. Laplantine F. A descrição etnográfica. Paris: Armand Colin, 2005.
16. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13 ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2013.
17. Pêcheux M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Orlandi. Campinas, SP: UNICAMP, 1988.
18. Orlandi EP, análise do Discurso: princípios e procedimentos. 8ªed. Campinas, SP: Pontes, 2009.
19. Ricoeur P. Teoria da interpretação. O discurso e o excesso de significação. Tradução.. : Artur Mourão. Lisboa, Portugal: Edições 70 Ltda., 2005.
20. Atikson R, Flint J. Accessing hidden and hard-to-reach population: snowball research strategies. *Social Reseach Update* 2001,33
21. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil municipal Santo Amaro, BA. Atlas do desenvolvimento humano 2013. Extraído em

[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/santo-amaro_ba], acesso em[26 de setembro de 2014].

22. Centro de Recursos Ambientais, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2001, Avaliação da Qualidade das Águas Costeiras Superficiais na Baía de Todos os Santos. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2001.
23. Beck U. La sociedad del riesgo hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós: 1998.
24. Freitas MCS, Minayo MC, Pena PGL, Santos NMM. Un ambiente enfermo: significados de La contaminación industrial em Isla de Maré, Bahía, Brasil. Desacatos 2012; 39:73-88.
25. Castro, Josué de, 1967. Homens e Caranguejos. São Paulo: Brasiliense, 1967.
26. Brasil. Lei 8.870 de 15 de abril de 1994. Altera dispositivo na Lei nº 8. 212 e 8. 213 de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Brasília Presidência da República, 1994; 16 abr.
27. Freitas CES, Marques LS, Melo DV, Bonfim AG, Carneiro CN, Silva FS. Sofrimento Negligenciado: doença do trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais. Pena PGLP, Martins VLA. Organizadores. Salvador: EDUFBA, 2014,271-287.

Artigo 2

**SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: TABU E ESTIGMA DA
CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL EM UMA COMUNIDADE DE SANTO AMARO,
BAHIA, BRASIL**

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: TABU E ESTIGMA DA CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL EM UMA COMUNIDADE DE SANTO AMARO, BAHIA, BRASIL

FOOD AND NUTRITION SECURITY: TABOO AND STIGMA OF ENVIRONMENTAL CONTAMINATION IN A COMMUNITY OF SANTO AMARO, BAHIA, BRAZIL

RESUMO

Trata-se de compreender os significados da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) junto às marisqueiras sujeitas à contaminação por metais pesados e esgotos sanitários, na comunidade de pesca Caeira, Santo Amaro, Bahia. Os esgotos sanitários, resíduos sólidos e industriais são lançados há anos ao longo do rio Subaé e no manguezal, comprometendo as fontes alimentares, a vida e a saúde da população. Este estudo de caráter etnográfico utiliza a pesquisa qualitativa constituída a partir de entrevistas, observação participante e análise de discursos. Dada à intensa contaminação ambiental, as marisqueiras são estigmatizadas como moradores de área contaminada e, por isso, silenciam à origem dos produtos em sua venda no Município, cujo tabu linguístico os afastam da insegurança alimentar. Em Caeira, o silêncio significa SAN. Quanto à contaminação biológica, oriunda dos esgotos sanitários, não é conotada como contaminante que afeta a saúde, pois, faz parte do cotidiano. Ambas as contaminações resultam em Insegurança Alimentar e Nutricional e podem ser analisadas também como dimensões socioculturais da saúde. Estigmatizadas pela contaminação ambiental, as marisqueiras sentem-se também socialmente discriminadas, por serem negras e pobres, afetando, a possibilidade em manter a SAN.

Palavras-chave: Estigma social, Poluição ambiental; Segurança Alimentar e Nutricional; Discriminação Social.

ABSTRACT

It is to understand the meanings of the Food and Nutrition Security (SAN) next to the seafood subject to contamination by heavy metals and medical waste in the fishing community Caeira Santo Amaro, Bahia. The serverage solid, waste and industrial waste are released for years along the river Subaé and mangrove, compromising food sources, the life and health of the population. This ethnographic study uses qualitative research constituted from interviews, participant observation and analysis of speeches. Given the intense environmental contamination, seafood restaurants are stigmatized as contaminated area residents and therefore silence the origin of products on sale in the city, whose linguistic taboo away the food insecurity. In Caeira, silence means SAN. As for biological, coming from the serverage, it is not labeled as contaminant that affects health therefore is part of everyday life. Both result in contamination Insecurity Food and Nutrition and can also be seen as socio-cultural dimensions of health. Stigmatized by environmental contamination, seafood restaurants also feel socially discriminated against for being black and poor, affecting the ability to maintain the SAN.

Keywords: Social Stigma and environmental Pollution; Food and Nutrition Security; Social discrimination.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender o significado da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para produtoras de mariscos sujeitas ao passivo da contaminação ambiental por metais pesados (Chumbo-Pb e Cádmiio-Cd) e por esgotos sanitários, na Caeira, Santo Amaro, Bahia, Brasil.

Como ponto fulcral para o entendimento das questões aqui abordadas foi considerado o significado político de SAN descrito na Lei Orgânica brasileira¹. Conceito este de caráter transdisciplinar por envolver questões biológicas, econômicas, ambientais, sociais e culturais do indivíduo e do coletivo². É no mundo cotidiano que as questões relativas aos aspectos da SAN encontram-se simbolicamente representados por meio da cultura: no trabalho, na aquisição dos alimentos, no fazer culinário, no cuidado com as crianças etc. E foi sobre os significados do alimento no cotidiano das mulheres e homens de Caeira que analisamos a situação de SAN desse lugar.

Localizado a margem do rio Subaé, a população de Caeira é vítima do passivo socioambiental deixado pela Companhia Brasileira de Chumbo - COBRAC, desde 1993, pelos efluentes líquidos da fábrica de papel e celulose no rio Pitinga, afluente do rio Subaé e contaminação biológica dos esgotos domésticos nos manguezais.

Entre os subprodutos do processo metalúrgico da produção dos lingotes de chumbo foram gerados arsênio (As), antimônio (Sb), cobre (Cu), zinco (Zn), cádmio (Cd) e o próprio chumbo (Pb). Estes compuseram as escórias abandonados pela fábrica e, posteriormente, utilizados para a pavimentação de ruas e casas do Município. Cabe destacar que o material particulado com potencial efeito carcinogênico foi identificado por Baxtel³ como capaz de promover distúrbios no

metabolismo das células heme, hipotireoidismos, hipertensão, arritmias cardíacas, lesões cerebrais, gastroenterites, neuropatias, alterações no metabolismo da vitamina D e cálcio, nefropatias, osteomalácia, aborto espontâneo, parto prematuro e também em protocolo elaborado pela Secretaria de Saúde Estadual⁴.

O solo, a flora, a fauna, os sedimentos no estuário do rio Subaé⁵ foram contaminados. Famílias de pescadores e marisqueiras residentes da Caeira, que tem a pesca artesanal como sua principal subsistência e fonte alimentar, foram considerados como expostos pelo hábito alimentar, assim como moradores de áreas circunvizinhas à indústria, famílias de ex-trabalhadores e habitantes da comunidade que tiveram contato com a escória de chumbo^{6,7}.

Pesquisas^{7, 8, 9, 10,11} e registros oficiais⁶ sobre essa tragédia ambiental que contaminou a localidade revelaram concentrações de chumbo, cádmio, cobre e zinco, acima dos valores de referência em hortaliças, ostras (*Crassostrea rhizophorae*), Sururu (*Mytella sp.*), no sangue de pescadores, ex-trabalhadores da fábrica e crianças.

Também estudos recentes^{12,13,14} encontraram presença de metais pesados em vegetais, ervas pescadas e solo de área urbana na sede municipal com concentração superior ao limite estabelecido, segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, entre 0,1mg/kg e 0,3mg/kg para chumbo e 0,05mg/kg para cádmio em alimentos, evidenciando a contínua exposição da população na atualidade.

Cabe salientar que, apesar da exposição crônica e aguda aos metais pesados citados, não foram encontrados na população em Santo Amaro efeitos semelhantes⁶. Também não foi identificada associação estatisticamente significativa entre a prevalência de anemia (82,2%) e concentrações do metal no sangue de crianças expostas ao chumbo¹⁵. Em Caeira, segundo relato de marisqueiras, os sintomas frequentes são hipertensão arterial, dores em membros superiores e inferiores, “franqueza” nos ossos e fadiga. Estes descritos na literatura especializada^{16, 17} como

comuns ao trabalho de captura do marisco, mas também encontra-se entre os efeitos a intoxicação por chumbo e cádmio.

Outro resíduo químico que ameaça a população de Caeira é da fábrica de papel e celulose. A emissão de efluentes líquidos no rio Pitinga contamina peixes e vegetais, podendo atingir toda a cadeia alimentar. A dioxina, subproduto do cloro no processo de branqueamento do papel e celulose, tem efeito carcinogênico e afeta o sistema imune, reprodutor, endócrino, alterações congênicas e comportamentais em recém-nascidos¹⁸.

Ademais da contaminação química já citada, os moradores às margens do rio Subaé também estão expostos de forma contínua à contaminação biológica. A contaminação desse rio é denunciada desde a década de 1970 na canção local: [...] *“Os riscos que corre essa gente morena, o horror de um progresso vazio, matando os mariscos e peixes do rio”*¹⁹.

Caeira é onde se encontra a única estação de tratamento de esgoto da cidade de Santo Amaro, todavia, os moradores não usufruem desse serviço público. Frequentemente, há vazamentos do material contaminado, mau cheiro e a presença de ratos atraídos pelos resíduos sólidos domésticos que causa nojo, temor e adoecimentos.

Os efeitos dessa urbanização e da indústria ao longo do rio Subaé refletem a qualidade de suas águas. A ação antrópica durante anos determinou a atual situação de degradação em virtude dos esgotos sanitários lançados em seu curso. Neste, os resíduos sólidos domésticos, da feira e do hospital da cidade de Santo Amaro encontram itinerário na Caieira e no manguezal. Como resultado, tem-se o comprometimento do processo de saúde-doença da população ribeirinha, como parasitoses intestinais, anemia, leptospirose, conforme observação de uma agente de saúde local.

No Brasil, as doenças infecto-parasitárias são responsáveis pela morbi-mortalidade de crianças, em virtude da falta de adequado tratamento de esgoto²⁰. Em Santo Amaro e na Caeira,

embora haja evidência de casos, não há registros da situação de indicadores de mortalidade para doenças infecciosas e parasitárias nos últimos três anos²¹.

Na visão êmica dos sujeitos, em Caeira, o medo de contaminação, principalmente por chumbo, ocorreu desde o início das confirmações científicas sobre o assunto. O temor de adoecer e morrer gerou a proibição do consumo e da venda de mariscos, reduzindo a renda das famílias de pescadores e marisqueiras, gerando mais insegurança alimentar e nutricional nessa população.

Os moradores da Caeira, considerados comedores de Sururu⁶, ficaram privados pelas autoridades sanitárias de capturar, consumir e comercializar produtos do mangue, acarretando danos sociais, econômicos e culturais. As comprovações científicas geraram, então, um período de aflição para moradores e ribeirinhos dessa comunidade.

Em torno de 675 pessoas⁶, a maioria pescadores e marisqueiras, foram estigmatizadas na região. Nascia, então, como uma estratégia de sobrevivência: o tabu linguístico sobre a contaminação química do rio Subaé, da maré e do manguezal em Caeira.

Nesse sentido, após aproximação do campo, foi considerada a seguinte hipótese: Certas de que não há contaminação química e biológica no mangue, as marisqueiras da Caeira criaram estratégias de sobrevivência e comercialização do marisco como o tabu linguístico da contaminação do produto, por receio das notícias deteriorarem a imagem do lugar e resultar em insegurança alimentar e nutricional. Para tanto, silenciam a contaminação química e a biológica. Mas há distintas percepções sobre estas como mostra-se a seguir.

Destarte os estudos epidemiológicos sobre a comprovação e efeitos da contaminação por metais pesados em Santo Amaro, pesquisas com abordagem qualitativa analisando os significados socioeconômicos e culturais do passivo ambiental da COBRAC para a população ainda são escassos. Uma revisão cronológica e crítica das publicações entre 1975 e 2010 sobre o

caso evidenciou a baixa ocorrência de estudos das ciências sociais e humanas relacionados à população afetada^{7, 22}

Cita-se como observação de campo, o modo discriminatório como são tratados os moradores da Caeira. Estes são apontados de forma pejorativa como indivíduos do manguezal. Não obstante, a população de outros bairros de Santo Amaro têm concepções distorcidas sobre a realidade e hábitos culturais dos habitantes desta comunidade.

Ao adentrar no universo destas mulheres marisqueiras da Caeira, este artigo pretende contribuir com a compreensão sobre o problema da contaminação que afeta Santo Amaro e revelar questões até então encobertas. Como explicar o tabu linguístico da contaminação dos produtos? Como compreender o estigma de viver em um lugar com contaminação química e biológica? Como explicar as iniquidades socioculturais, a discriminação que a população de Caeira sente e que afeta a SAN desses moradores?

Para tanto, é em meio a explicações que se buscou compreender os significados da SAN por meio dos textos das marisqueiras sujeitas à contaminação ambiental por metais pesados e esgotos sanitários. Conforme descrito por Ricoeur²³, “*desvelar um mundo, que constitui a referência do texto*”²³.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, com suporte da teoria compreensiva^{24,25} e instrumentos etnográficos. A metodologia foi então constituída a partir de pesquisa empírica com observação participante e análise de discurso.

A escolha das marisqueiras da Caeira como sujeitos deste estudo deu-se pelas marcas históricas de contaminação química e biológica que carrega a antiga colônia de pescadores e as mulheres responsáveis pela SAN doméstica²⁶.

A comunidade é uma das mais pobres da sede municipal, localizando-se a aproximadamente três quilômetros do centro da Cidade. Os serviços públicos básicos como esgotamento sanitário, postos de saúde e transporte público são ausentes e a única forma de lazer da população é a área aterrada utilizada para recreação de adultos e crianças às margens do mangue.

A Caeira fica no início do manguezal, banhado por zona do estuário do rio Subaé que se estende até a Baía de Todos os Santos e recebe os afluentes rios Pitinga e Trarípe até a sua foz. Conforme já mencionado, o rio Subaé recebe resíduos industriais da fábrica de papel e celulose, localizada na cabeceira do rio Pitinga.

A população é composta por uma maioria étnica afrodescendente, que aguarda processo de titulação de suas terras como quilombola, desde 2010²⁷. Apresenta maior proporção da população vulnerável à pobreza e sem esgotamento sanitário, quando comparada à população geral da cidade de Santo Amaro, que tem 16,09% da população em extrema pobreza e 12,94% dos domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado^{28,29}. As famílias de marisqueiras tem o principal rendimento composto pela mariscagem de espécies como Sururu (*Mytella sp.*) e Mapé (*Teria sp.*) e complementação de renda por meio de programas governamentais assistenciais como Bolsa Família e Seguro Desemprego da pesca em período de defeso.

O trabalho de campo ocorreu no período de janeiro a outubro de 2014 (em dias não consecutivos), cujas observações do cotidiano das marisqueiras foram registradas em diário de

campo. Ocorreram entrevistas em profundidade, seguindo um roteiro de questões sobre o objeto de estudo: o estigma e o tabu da contaminação e a SAN^{24, 30, 31}.

Para a Análise do Discurso optou-se pelas técnicas utilizadas por Michael Pêcheux³² e Eni Orlandi³³ aprofundando com a hermenêutica descrita em Paul Ricoeur²³ e Cecília Minayo³⁴, condição que possibilita ver mais o que parece velado ou embotado, nas interpretações do objeto dadas pelos sujeitos colaboradores deste estudo.

O acesso inicial aos entrevistados deu-se a partir da indicação de um morador da comunidade e, em seguida, acatou-se indicações dos participantes. A seleção desses colaboradores foi uma adaptação da técnica conhecida como ‘bola de neve’ (*snowball*)³⁵, frequentemente empregada em estudos em que a população se sente discriminada por uma ação social³⁶.

Os critérios de inclusão para seleção das colaboradoras foram a idade superior a 19 anos, a ocupação de marisqueira e residência na Caeira. Desse modo, foram entrevistadas 13 mulheres com idade entre 19 e 88 anos, com os seguintes graus de escolaridade: 3 analfabetas, 6 com o primeiro grau completo, 1 com primeiro grau incompleto e 3 com o segundo grau. As entrevistas ocorreram durante as atividades cotidianas em ambientes domésticos, no trabalho da mariscagem e nos horários de descanso e lazer.

A escolha do método qualitativo para o entendimento dos aspectos da realidade centrou-se no interesse pela dinâmica das relações sociais, da descrição do cotidiano, das condições de saúde, compreensão, interpretação de sentidos e significados da SAN e da contaminação ambiental, atribuídos por marisqueiras em seus contextos situacionais. As entrevistas foram gravadas em áudio, com devido consentimento dos sujeitos colaboradores deste estudo após assinatura do termo de consentimento. Cada entrevista durou em média 60 minutos, com retorno aos sujeitos quando necessário para acréscimo de informações ou verificação de novas questões

relativas ao objeto do estudo. Em seguida foram cuidadosamente transcritas, compiladas e destacados os significantes que imprimiram a noção de tabu e estigma de viver em meio à contaminação ambiental e a relação com a SAN doméstica.

Foi possível observar esse fenômeno, a partir do silêncio das marisqueiras sobre a contaminação ambiental (química e biológica), gerando uma rede semântica de negações como mostra-se mais adiante. Ao negarem afirmam o medo de perder a venda dos mariscos pelo estigma conjugado, pois este deteriora suas identidades.

Nesse sentido, a análise das informações obtidas em campo foi realizada a partir da interpretação e categorização das unidades semânticas, construindo subconjuntos de termos das falas e a interpretação^{23, 24,33}. Os temas selecionados, ou unidades de sentidos³⁷ para análise foram: a) O tabu linguístico da contaminação do marisco; b) O estigma de morar num lugar contaminado; c) Outra forma de estigma, na contramão da SAN - que aparece com a permanência da pesquisadora em campo – é a dúvida do reconhecimento dessas moradoras de sua ancestralidade quilombola.

Cabe salientar que esta investigação seguiu as normas descritas na legislação em vigor³⁸ e teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, em 2014, por meio do processo nº 730 144, em 30 de junho de 2014.

O TABU LINGUÍSTICO DA CONTAMINAÇÃO DO MARISCO

A frase, “*Só não venha dizer que o meu marisco está contaminado*”, de um morador de Caeira mostra o problema e o tabu linguístico sobre a contaminação do marisco na região. As rotulações, preconceitos, associações classificatórias, desde o período da confirmação da

contaminação em Santo Amaro, em 1996^{6,39}, tornaram negativa a imagem do produto, permanecendo presente na memória e no cotidiano de marisqueiras e comerciantes do lugar.

Dessa época aos dias atuais, a proibição do consumo e da comercialização resultou na formulação do medo em falar sobre o problema da contaminação química. Um tabu linguístico, em que, no imaginário dos moradores, ao pronunciarem a palavra “contaminação” (do mangue), surge uma força atrativa para maus presságios, situações nefastas que prejudicam a mariscagem e produz a privação das atividades cotidianas dessa população. Mas, apesar desse medo, continuam produzindo, consumindo e comercializando os produtos.

Observou-se que na feira da sede do Município não se fala a origem real do marisco. Encobre-se o lugar: Caeira. Esse velamento é o tabu, uma necessidade em ocultar sobre o lugar contaminado por resíduos industriais materiais, ainda hoje, para que os moradores consigam vender seus produtos. Essa é a estratégia concebida pelos moradores para encobrir o indesejável, para não lhes causar insegurança alimentar e nutricional. Com o inominável, se distanciam do mal o que a sua nomeação pode causar. E nada mais se contamina sem a palavra.

Sobre a contaminação biológica, há os que não a consideram prejudicial à saúde porque “estão acostumados” e entendem que a maré limpa o manguezal. Outros, contrariamente, interpretam que estão contaminados e podem adoecer. Entretanto, esse tipo de contaminação é para eles a marca social da pobreza, em que a falta de infraestrutura é justificada pela condição social.

A semiótica corporal denuncia de forma significativa o incômodo causado pela abordagem à contaminação do mangue e do marisco. O silêncio revela as expressões faciais como o olhar desviante, pelo temor da contaminação química e biológica. É o temor da fome, se não conseguir vender seus produtos do mangue. Assim, observa-se em vários momentos da pesquisa a face cabisbaixa quando indagado sobre o assunto e a negação explícita sobre a contaminação química

e biológica. Estas foram as formas de devolver ao pesquisador o medo de falar sobre ambas as situações. A contaminação química é o tabu linguístico. A biológica, para eles menos grave, pois adoece menos, revela a condição de pobreza.

Para as marisqueiras e outros moradores da Caeira falar sobre a contaminação do marisco é proibido. Melhor evitar. A contaminação biológica está evidente no manguezal, mas, ainda assim, em geral, é considerada pelos moradores como situação normal, porque são esgotos sanitários de pessoas do lugar ou “conhecidos”, não sendo algo grave como a química, amplamente veiculada pela mídia. Dessa maneira, ao pronunciar sobre o mangue e espécies nativas, notou-se um silêncio sobre esse tema.

As linguagens corporais e o silenciamento revelam a força das palavras que comprometem a segurança alimentar dessas pessoas, segundo descrito pelo prefeito reeleito do município: *“Nossa cidade é sofrida e pobre. Vivemos com essa situação há décadas. Acho que hoje depois de tantos estudos chegamos a uma conclusão, que temos uma herança maldita”*⁴⁰.

De acordo com Andrade e Moraes⁷, as recorrentes pesquisas ao longo dos últimos quarenta anos e a baixa qualidade da informação para os moradores sobre os riscos à saúde pela intensa contaminação química na região são retratos da distorcida relação entre o uso do conhecimento científico, suas consequências sociais e éticas. Situação que provoca desconfiança entre os moradores, por sentirem-se enganados por pesquisadores que nem sempre retornam os resultados das investigações sobre esta contaminação.

Ao apresentar os objetivos desta pesquisa e os motivos da escolha da comunidade Caeira aos moradores, estes indagaram sobre o receio em mostrar a contaminação do marisco, pois essa informação poderia interferir na comercialização dos produtos. O receio de qualquer pesquisa sobre a contaminação na região pode ser notícia na mídia televisiva e comprometer os anseios de uma boa venda. *“Quando estava tendo pesquisa de chumbo aqui em Santo Amaro, que falavam*

do marisco contaminado acabavam com a gente. O povo não queria mais comprar marisco (Ana, 47 anos).”

Para os autores Andrade e Moraes⁷ alguns estudos^{22,41} foram inéditos ao exporem o sentimento dos Santamarenses e os significados da contaminação alimentar para esta população. De acordo com o estudo de Almeida²², o silêncio sobre a contaminação é uma das maneiras dos moradores dessa região conviverem com o problema, sem que lhes causem mal estar, pois está presa a contínua exposição ao chumbo e outros metais pesados. E, sem alternativas concretas, a população se abstém ao assunto.

O silenciamento pode ser oportuno a depender dos interesses de quem ou do que se deseja encobrir. Como em Adrianópolis-PR, estigmatizados como “cidade de chumbo”, os moradores sofreram preconceito, vergonha e prejuízos econômicos com notícias da contaminação³⁶. A quem interessa notícias da contaminação química? Por motivações de ordem econômica e/ou política esta é velada. Esses danos sociais e econômicos também preocupam o Santamarense, em especial a antiga colônia pesqueira.

A ameaça afeta a vida do lugar, o *hábito*⁴², o modo de ser marisqueiras e outros moradores de Caeira. Com as notícias estes se sentem como se também estivessem contaminados e, por isso, são discriminados, como se tivessem uma doença contagiosa por viverem em um local condenado por metais pesados e por esgotos sanitários e resíduos sólidos e esgoto. A noção de contágio se associa ao estigma e a atração do problema “suja” a sobrevivência. Nesse sentido, compreende-se a contaminação como um mal que pode ser propagado.

Não obstante, a ideia de contágio é contígua ao aspecto temporal. De acordo com a interpretação das falas das marisqueiras, existe associação entre o fator causal e o efeito ou a doença. Sem fábrica funcionando, sem sintomas de doenças, não é possível entender o problema ambiental. O tempo de adoecer por contaminação por chumbo não é o tempo da ciência. No campoêmico causa e efeitos estão conectados em um tempo imediato, como as doenças mais

comuns para eles (gripe, leptospirose, diarreias, dengue etc.). O fato de não haver evidências de adoecimentos entre contaminantes químicos ou mesmo biológicos gera dissociação entre causalidade e efeitos. Nesse aspecto, para as marisqueiras:

[...] Ninguém aqui adoece, come e não adoece (Célia, 45 anos); sempre fui à maré, meu marido vai, e a gente nunca sentiu nada (Hilda, 35 anos); nunca ouvi dizer que se morreu de contaminação (Joana, 38 anos).

[...] Eles [os técnicos] falam que está contaminado, mas a gente não acredita, porque ninguém nunca sentiu nada, nunca teve problema, nunca passou mal, nunca foi para o hospital nas carreiras por causa de contaminação de marisco nenhum (Célia, 45 anos).

E por que uns adoecem e outros não? Sobre isso recorre-se aos estudos de Mary Douglas⁴³ sobre poluição em sociedades primárias, em que mostra o perigo no comportamento da pessoa, o que a torna vulnerável ao adoecimento.

De modo análogo, os sujeitos em Caeira falam que a contaminação pode atrair doenças em alguém mais “fraca”. Depende de cada pessoa e, em alguns casos, as mulheres podem adoecer se estiverem com o “corpo aberto”, a exemplo do período menstrual e do puerpério.

Sobre isto, Freitas et al.⁴⁴, ao estudarem uma comunidade tradicional em Ilha de Maré, Bahia, analisa a menstruação como impureza do corpo e, por isso, evita-se entrar no mar, lugar onde o sagrado habita⁴⁴. Em Caeira, em geral, gestantes e nutrizas vão à maré independente do período de gestação ou de amamentação e não sentem os efeitos da contaminação, vez que se consideram fortes para enfrentar o trabalho no mangue, costume também descrito em outro estudo com marisqueiras na Baía de Todos os Santos⁴⁵. Nesse sentido, a necessidade de garantir a SAN é imperiosa, mesmo quando é contrário às tradições, a exemplo do resguardo que se quebra no trabalho.

No caso dos homens e das crianças, o adoecimento pode ser gerado pelo contato com insetos, ratos, vez que estes são atraídos pelas cascas do marisco e dos resíduos sólidos que descem o rio. Sem prevenção, o contato com a urina desses animais pode adoecer e matar, conforme ocorrido, segundo Gina (19 anos): *“Não existe ligação de esgoto, o esgoto das casas são lançados no quintal. Tem as caixas, mas não canalizou. Todo mundo construiu os muros para não deixar que o esgoto e os ratos entrem na casa [...] tem gente que já morreu aqui, da urina de rato”*.

As marisqueiras comem e preparam os frutos da maré para a família, certas de que não há mais contaminação. Para garantir o alimento aos filhos é preciso negar a existência de contaminação para si e para o outro e, com isso, acreditar que a comida está limpa, livre de perigo. Também, o silêncio sobre a contaminação simboliza o esquecimento de uma série de transtornos advindos desse problema, como já citado anteriormente.

Outra característica do tabu linguístico sobre a contaminação química do marisco é a ambivalência. Ora sentem-se satisfeitas pelo ato de capturar, beneficiar e vender o marisco fruto do seu trabalho, ora as denominações depreciativas trazem dúvidas e questionamentos sobre a qualidade do marisco. Isto causa conflito entre marisqueiras e comerciantes. Quando os consumidores da feira questionam a origem do produto, elas negam o local de captura. Nesse sentido, esta noção remete a denominação conceitual de estigma, como se mostra adiante.

O ESTIGMA DE VIVER EM LUGAR “CONTAMINADO”

A palavra estigma⁴⁶ sinaliza algo excepcional ou ruim sobre o *status* social de seus portadores. Os moradores de Caeira se sentem estigmatizados pelos impactos causados pela

contaminação química direta e indiretamente em suas vidas. Essa condição de estigmatização, depreciativa pelos efeitos, cria uma deterioração na identidade desses moradores, por outros, em geral consumidores da feira da cidade de Santo Amaro. Sentem a sobrevivência ameaçada permanentemente. Não conhecem os resultados das pesquisas e apenas ouviram dizer que a imprensa noticiou o impacto da contaminação química na região. Como que perdidos, muitos moradores não entendem a discriminação de seus produtos que afeta sua identidade como marisqueira e pescador. Rejeitados, alguns vendem seus produtos mais barato ou viajam para outros municípios para escoar sua pequena produção diária. Este sintoma social aqui nomeado estigma, faz conexão com a discriminação racial e sua inevitável condição de quilombolas.

Em geral, esta não é uma condição que afeta apenas os moradores desse lugar, mas a população Santamarense. Em Caeira, observou-se que há, em geral, os que creem (ainda que silenciosamente) e os que não creem na contaminação ambiental. Mesmo que, para alguns, haja conflitos e dúvidas sobre esse assunto.

Os que creem na contaminação química e biológica, se referem ao assunto como um mal, e que podem estar contaminados, pois tiveram contato direto com partículas de chumbo no ar, solo e outras fontes, como relatado pela marisqueira Eva (62 anos): [...] *Quando não tinha água na fábrica, meu marido trazia o macacão e eu lavava. Eu nem sei, mas posso até ter esse negócio de chumbo, porque eu sinto muita dor nas pernas.*

Esse relato mostra procedimentos e comportamentos inadequados de prevenção de risco entre ex-trabalhadores da COBRAC e suas famílias, gerando situações de contaminação crônica por chumbo (e outros metais pesados) ou, por vezes, aguda.

Mas, outros moradores não acreditam que estejam doentes pela contaminação química, via contato, conforme descrito pela literatura especializada⁴. Para estes, o mais comum são doenças e acidentes do trabalho na maré e manguezal. As marisqueiras entrevistadas se queixam de dores

relacionadas a distúrbios músculos-esqueléticos e citam acidentes de trabalho como afogamento, cortes e picadas de animais peçonhentos conforme estudos em áreas semelhantes^{16,17,47}.

Para estes, a contaminação química é invisível ou está limitada aos rios Pitinga e Subaé. *“Santo Amaro, lugar contaminado, mas não tenho informações precisas sobre isso”* (Morador, DC); *“Esta contaminação é daqui para lá (aponta o rio em direção à cidade), daqui para cá para frente é perna de mar, não tem contaminação de esgoto, nem de fábrica”* (Flor, 40 anos). [...] *Lá pra baixo não afeta muito, afeta só o rio Pitinga, no mangue não tem* (Eva, 62 anos). Nesse sentido, por não ter cor, nem cheiro, a contaminação pelos resíduos da COBRAC não é concebida por eles, ainda que entendam a importância das pesquisas realizadas. Consideram que essa contaminação é diferente dos resíduos da indústria de papel, que mudou o meio ambiente com o desaparecimento ou redução de várias espécies de mariscos.

“Antigamente era mais fácil encontrar marisco, agora tem esta poluição da fábrica (Celulose). A água que joga para o rio e o esgoto para o rio. Tudo está diferente, até o marisco ficou diferente. Não é mais gostoso como antes. Eu pegava Miroró, Amoreira, Siri, era tudo bom, era mais fácil e tinha em quantidade. Agora não. Com os ‘negócios’ que jogam no rio.” (Eva, 62 anos).

Em vários momentos, observou-se a dificuldade dos moradores em revelar seus sentimentos sobre a contaminação. Um membro da Associação de Marisqueiras e Pescadores da Caeira-AMAPESCA diz que não é conveniente colocar os produtos da pesca na alimentação escolar porque reconhece a contaminação e sabe do risco do marisco contaminar as crianças. Mas elas consomem em casa. Isso pode indicar que na escola estariam livres do alimento contaminado, mas em casa não há outra solução.

Também, em outro estudo no município²² a fala de uma moradora ilustra a deficiente informação que tem sobre o tipo de contaminante químico e seus mecanismos de ação. *“Aquilo que contaminou a gente não sabia. Entrou no sangue da gente aquele minério”* (Antônia, 62 anos)²².

Contaminação é sinônimo de doença e antônimo de SAN, saúde. Há os que negam e outros que confirmam a contaminação do lugar em que os sintomas são mesclados com a fadiga do cotidiano e outras formas de contaminação, como a biológica que não se valoriza, pois está amplamente naturalizada nas populações que não tem acesso aos serviços públicos de esgotamento sanitário.

O reconhecimento da contaminação encontra-se contíguo a identificação dos contaminados e não contaminados. Para as marisqueiras são contaminados os ex-trabalhadores da COBRAC e os indivíduos identificados pelas pesquisas científicas^{8,9} e relatórios técnicos^{6,4}. Estes são estigmatizados pela identificação e risco de adoecimento. *“Meu pai trabalhou na fábrica. A gente participou de uma pesquisa há pouco tempo atrás. Foram chamadas algumas famílias, só de gente que trabalhou na fábrica” (Diana, 31 anos).*

A experiência moral adquirida pela socialização do estigma dá início à identidade estigmatizada. Goffman⁴⁶ define essa fase como momento de consciência, em relação ao ponto de vista do outro (que não tem o problema). Nesse aspecto, por causa da contaminação química e biológica, os moradores de Caeira se sentem apartados no Município. Por esse motivo, para vender o produto depara-se com a necessidade de ocultar a procedência deste e dizer que é originário de outro lugar. *“O povo [comerciantes] daqui começou a inventar que o marisco era de Acupe” (Ana, 47 anos).* Com isso, percebe-se uma convivência racional entre os vendedores de mariscos, como um acordo ao omitir a origem do produto.

Caeira é marcada como lugar de contaminação química e por isso pode haver dificuldades na comercialização dos produtos. Ao manter em segredo a origem, eles tentam garantir a venda e, certamente, a sua sobrevivência e de sua família.

Sobre o estigma, Goffman⁴⁶ argumenta: *“o que pode ser dito sobre a identidade social de um indivíduo é de grande importância para ele”*. A noção de identidade deteriorada descrita por este autor pode combinar com o que é encontrado em Caeira, pois os moradores se sentem

diferentes aos olhos do outro que vive fora de lá. Para reduzir o estranhamento, eles agem com a linguagem. Omitem a origem dos mariscos e o lugar que moram e trabalham. A omissão pode se constituir em receio de serem discriminados como moradores de lugar contaminado que provoca uma série de enfermidades relacionadas ao chumbo, leptospirose e parasitoses, conforme seus discursos.

Observou-se, então, uma espécie de acordo entre o dito e o não dito, cujo silenciamento pode assegurar a aceitação do marisco também para o consumo doméstico. Somente, assim, o perigo da contaminação se distancia dos sujeitos. Para Douglas⁴³ a maldição está na fala e só se concretiza quando é pronunciada.

Nesse sentido, para estes moradores, a única maneira de sobreviver no lugar é sustentando a crença que a contaminação passou. A certeza é que o tempo e as forças naturais como: vento, chuva, maré que vaivém, afasta a contaminação. Sobre isso, um morador diz: *“A água da maré, que se renova todos os dias, duas vezes no dia, vai lavando e renovando”* (Morador, DC). Reforça-se a crença que a maré tudo purifica, até mesmo a contaminação química⁴⁴.

A ausência de ações de vigilância à saúde dos expostos e de estratégias de apropriação do tema entre a população em geral contribuem para as dúvidas sobre os efeitos da contaminação química. *“[...] Meu marido fez muito exame na época da COBRAC. Ele tem chumbo, mas o chumbo dele não está tão exagerado porque ele sua muito, ele trabalha muito”* (Eva, 62 anos).

Segundo a crença, há uma eliminação da contaminação química pela transpiração da pele, assim como, de outras impurezas do corpo através do suor. Ademais, cabe destacar o conhecimento frágil e superficial sobre a real situação em questão, pelos moradores: *“[...] Minhas duas irmãs fizeram os exames, mas o resultado foi diferente do meu, a contaminação não deu tão forte. Elas tomaram remédios diferentes, não sei se era para combater o chumbo no sangue ou pra prevenir (Gina, 19 anos).*

Ainda hoje, moradores têm dúvidas sobre os efeitos da contaminação por chumbo (sempre se referem a este metal) e são céticas quanto às descobertas dos cientistas e dos relatórios

técnicos que denunciam a gravidade do acidente no Município. “[...] *Fizeram tantas pesquisas. E não se viu resultado de nada*” (Ana, 47 anos). Também há descrenças da população, pelas ações descontínuas dos protocolos de atenção integral à saúde, pela complexidade das questões que extrapolam o setor saúde, e pela morosidade no cumprimento da recuperação das áreas contaminadas^{35,48,49}.

Apesar dos estudos^{7,35,50} identificarem a necessidade da adoção de procedimentos de governança do risco e vigilância à saúde da população em risco, até o momento foram contemplados apenas projetos sociais de geração de renda, doação de cestas básicas, poucas indenizações e programas sociais de moradia aos membros da Associação das Vítimas da Contaminação por Chumbo, Cádmio, Mercúrio e outros elementos químicos (AVICCA)³⁶. Mas, vale enfatizar que não há, até o momento, programas de recuperação ambiental em áreas naturais de produção de mariscos ou estudo de consumo alimentar desta população de marisqueiras e pescadores da antiga colônia, identificada em situação de risco.

OUTRA FORMA DE ESTIGMA, NA CONTRAMÃO DA SAN - DÚVIDA AO RECONHECIMENTO QUILOMBOLA

Em conexão com a discriminação que sentem pela contaminação ambiental (tanto química quanto a biológica) que afeta a vida do lugar, há outras formas de estigmas que esses moradores carregam em suas identidades: serem pobres, negros e descendentes de escravos. Esta última é uma questão que não querem lembrar e, por isso, não valorizam a identidade quilombola. Nesse aspecto, compreende-se que querem se sentir livre, sem rótulos e, por isso, não valoriza ou não entendem a proposição política que os qualificam.

Considerada uma estratégia política para organização das comunidades afrodescendentes à reparação histórica, a titulação de terras remanescentes quilombolas é, a nosso ver, uma manobra

para alcance da SAN. Ações estruturais, sociais e econômicas são direcionadas às comunidades ao final do processo de reconhecimento das terras, segundo Artigo 68 da Constituição Federal de 1988⁵¹. Não obstante, habitantes de Caeira sentem-se receosos em admitir a ancestralidade quilombola quando indagados. Mas, o que temem com isso?

Esse negócio [quilombola] eu só ouvia na novela (Risos). Nunca ouvi falar disso. Aqui morava muito negro, porque teve usina de cana, mas nunca ouvi dizer que era quilombola. Estes tempo estou ouvindo essa novidade, mas nunca soube disso. Nunca ouvi falar de história que ninguém veio para cá fugido (Eva, 62 anos).

As opiniões sobre a ascendência quilombola são semelhantes entre as marisqueiras entrevistadas, embora elas tenham apresentado diferentes maneiras de expressar insatisfações sobre o assunto. Todas manifestaram dúvidas quanto à origem quilombola do lugar e demonstram não querer rememorar sua ancestralidade de sofrimentos. E mesmo passado mais de um século do fim da escravidão negra no Brasil, sentem-se discriminados por serem negros, pobres e viverem em meio à contaminação química e biológica.

A memória sobre a servidão e iniquidades dos negros ao longo da história do Brasil, principalmente nos engenhos de açúcar do Recôncavo Baiano, podem justificar as dúvidas sobre ações relacionadas à assunção da reminiscência quilombola.

Não obstante, a melhoria das condições da população em geral, a partir de ações estruturais governistas das últimas décadas, há poucas modificações no campo sociocultural e econômico dos afrodescendentes⁵². Estas populações são as que mais sofrem com a ISAN pelas condições discriminatórias^{53, 54,56, 57,58}. Para Ana Gonçalves⁵⁹, a cultura dos brancos tentou aniquilar os valores dos afrodescendentes, colocando-os como pessoas defeituosas por serem negras. O horror da escravidão não afetou o corpo apenas, mas os sentidos de pertencimento de estar no mundo. O branco o vê como um estranho e o negro percebe este sentido de modo permanente⁵⁹.

Assim, do mesmo modo, a contaminação química e a falta de assistência aos enfermos desse lugar, mostra que a vida dessa população negra não tem importância. Esta é a leitura que alguns moradores fazem pela ausência de estrutura em Caeira. Ao sentirem-se desvalorizadas e sem apoio das políticas públicas, as marisqueiras parecem manter um temor de tocar no tema da negritude e na identidade quilombola enquanto território afrodescendente. Sugere, assim, a permanência de um sentimento de inferioridade em relação ao branco, descrito por Batalha⁵⁸.

É na saúde que denúncias sobre discriminação racial tem se tornado mais frequente⁵⁸,^{60,61,62,63}. Estudos em todo mundo, com a abordagem do tema discriminação racial na saúde, evidencia o tratamento diferenciado atribuído às pessoas de raça negra e outras etnias quando comparadas às brancas^{58, 60, 63, 64,65}. Segundo PNAD⁶⁶, a discriminação no atendimento à saúde da população negra chega a 44%⁶⁶. As experiências vão desde a baixa qualidade da atenção à saúde, como interpretado na fala, até o racismo interpessoal. *“Disseram para a gente que, quando chegarmos ao posto [saúde] tem que dizer que é quilombola,[...] (apresenta expressão facial de insatisfação)”* (Morador, DC). Por decreto⁶⁷, os quilombolas devem ter acesso aos serviços de saúde. A fala desse morador mostra o desconforto das rotulações atribuídas ao lugar e às pessoas. Experiente por vivenciar a discriminação social, se recente ao não entender a lei de proteção aos quilombolas. Para outros, não há percepção de discriminação racial no atendimento no posto de saúde. Visível ou não, o racismo está no dia a dia dessa população. *“A gente sofre discriminação do povo de lá de cima, se falar que é da Caeira eles olham estranho, fala da lonjura, do marisco e da violência”*.

Em Caeira, pobreza, mangue e racismo encontram-se na mesma teia semântica. A discriminação social encobre a étnico-racial. Sobre isso, Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg chamaram a atenção do lugar de subcidadania designado aos negros⁵⁵ e, nesse aspecto,

identificam diferenças entre afrodescendentes e a população em geral^{50, 52, 62} com os impactos significativos na qualidade de vida desse grupo étnico.

Insatisfeitos com estereótipos discriminatórios, os indivíduos de Caeira negam a identidade quilombola por receio de piorar ainda mais o estigma que carregam como contaminados e pobres e que pode afetar ainda mais a SAN. Esta, no caso deste estudo, é difícil de ser mensurada por meio de instrumento padronizado, como chama atenção alguns autores^{59,68}, pois envolve experiências relacionadas à cultura e a diferentes contextos, na contramão da SAN. Na opinião de Freitas e Pena³, é por meio da análise compreensiva destes contextos socioculturais distintos que se pode planejar políticas públicas mais próximas da realidade da população. E, sem dúvidas, todas as ações devem ser discutidas com as pessoas do lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na aproximação com a realidade cotidiana dos moradores de Caeira foi possível identificar símbolos e sentidos expressos nas relações sociais, sobretudo, o modo de pensar dessas pessoas sobre a contaminação e a associação com a SAN.

Inscritas na intersubjetividade das narrativas, os temas da contaminação química e biológica que inundam o lugar aparecem como um tabu linguístico, e as condições sócio-racial e ambiental são representadas como formas de estigma. Questões estas permanentemente ameaçadoras da segurança alimentar e nutricional.

As ações de ocultar, velar e negar a contaminação ambiental são manifestações morais e éticas desses moradores investigados, para manterem-se afastados da insegurança alimentar em seus imaginários. Pois não querem falar ou pensar “*no pior*”. Desse modo, a necessidade de

sentirem-se resguardados da fome é imperiosa, mesmo sendo o corpo ameaçado por enfermidades pelo excesso de metais pesados (principalmente o chumbo, conforme estudos) e verminoses. Vale recordar que as pesquisas anteriores que denunciaram a alta contaminação química não resultaram em quaisquer ações governamentais para restaurar o meio ambiente.

Alguns moradores preferem crer que não há mais contaminação química na região. E que o tempo e a maré já limpam tudo e todo o lugar. Mas um dos significantes que aparece colado ao cotidiano é o sentimento de discriminação e estigma. Sentem-se isolados, apartados, como se fossem contagiosos. Este sentido, referente à contaminação química, principalmente, confunde-se com o racismo e a desvalorização social. Essas representações afetam a produção de alimentos e compromete a SAN.

Nesses termos, as questões de SAN em Caeira não se resumem à renda familiar apenas, mas à contaminação ambiental, à discriminação social e racial que fazem conexões com a condição de quilombola enquanto identidade social. Situações que estão na mesma teia semântica, sem separação: pobres, negros quilombolas e contaminados. Então, como exemplo, destaca-se o atendimento precário no serviço de saúde local, a dificuldade das marisqueiras em vender o marisco nas feiras, a insuficiente escolaridade, a ausência de políticas públicas para resolver a contaminação. Esta é a identidade que marca a incerteza alimentar permanente, cujas dificuldades estão associadas à complexidade de viver as dimensões socioeconômicas e culturais descritas.

Novas investigações sobre a perspectiva dos sentimentos e significados da contaminação química e biológica, social e étnico-racial dos habitantes em Santo Amaro serão necessárias para sensibilizar a opinião pública sobre como vivem os Santamarenses e as consequências humanas do legado do passivo ambiental vivenciado, sobretudo, para garantir a SAN dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. 2009; 18 set. [artigo legal na internet] Brasília, DF. [acessado 2013; nov. 13]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.Htm>.
2. Freitas MCS, Pena PGL. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. *Revista de Nutrição* 2007; 20(10): 69-91.
3. Baxter, PJ, A T, Cockcroft A, Durrington P, Harrington JM. *Hunter's diseases of occupations*. 10ªed. London: VitalSource; 2010.
4. Bahia, Secretaria da Saúde. *Protocolo de Vigilância e Atenção à Saúde da população exposta ao chumbo, cádmio, cobre e zinco em Santo Amaro, Bahia*. Organização de Ely da Silva Mascarenhas, Márcia Machado de Almeida – Salvador: CESAT, 2010.
5. Anjos JASA, Sánchez LE. *Plano de gestão ambiental para sítios contaminados por resíduos industriais – o caso da Plumbum em Santo Amaro da Purificação/BA*. Análise e Dados. Salvador. SEI, 2001; 10(4): 306-309.
6. Brasil. Ministério da Saúde. *Relatório de apresentação dos resultados da avaliação de risco à saúde humana por metais pesados em Santo Amaro da Purificação para a Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde*. Salvador: Coordenação Geral de Vigilância Ambiental; Secretaria de Vigilância Sanitária; Diretoria de Vigilância Sanitária Ambiental; Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, 2003.

7. Andrade MF, Moraes LRS. Contaminação por chumbo em Santo Amaro desafia décadas de pesquisas e morosidade do poder público. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo: 2013; abr./jun.16 (2): 63-80.
8. Carvalho FM, Silvany Neto AM, Tavares MT, Costa ACA, Chaves CD, Nascimento LD, et al. Chumbo no sangue de Crianças e passivo ambiental de uma fundição de chumbo. *Pan American Journal Public Health*; 2003; 13(1):19-23.
9. Carvalho FM. *Intoxicação por chumbo e cádmio entre pescadores da Região do Rio Subaé e de Guaibim* (área controle). [Dissertação]. Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1978.
10. Tavares, TM. *Programa de Monitoramento dos Ecossistemas ao norte da Baía de Todos os Santos*[relatório técnico final]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 1996.
11. Pontes, EM. **Monitoração de chumbo em amostras ambientais e estudos de retenção de cádmio, chumbo, cobre e zinco nos solos luvissole crômico e neossolo regolítico.** [Dissertação]. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, Salvador; 2009.
12. Magna GAM. *Análise da exposição por chumbo e cádmio presentes em alimentos vegetais e gramíneas no município de Santo Amaro-BA caso do passivo ambiental da COBRAC.* [Dissertação]. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
13. Santos LFP. *Avaliação dos Teores de Cádmio e Chumbo em Pescado Proveniente de São Francisco do Conde, Bahia.* [Dissertação].Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
14. Rabelo TS. *Estudo das contaminações remanescentes de chumbo e cádmio no município de Santo amaro-BA.* [Dissertação]. Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia, Salvador; 2010.

15. Carvalho FM, Aguiar AS, Vieira LA; Gonçalves HR; Costa, ACAC. Anemia, deficiência de ferro e intoxicação pelo chumbo em crianças de uma creche de Salvador, Bahia. *Rev. Baiana Saúde Pública*; 2000; 24(1/2): 32-41,
16. Pena PGL, Freitas MCS, Cardim A. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso e uma comunidade de marisqueiras na Ilha de Maré, Bahia. *Ciências e Saúde Coletiva* 2011; 16 (8): 3383-3391.
17. Pena PGL e Martins V. organizadores. *Sofrimento Negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais*. Salvador: EDUFBA; 2014.
18. Assunção JV, Pesqueiro CR. Dioxinas e furanos: origens e riscos. *Rev. Saúde Pública* 1999; 30(5): 523-530.
19. Bethânia M. *Purificar o Subaé/Cantiga Para Janaina*. In: Alteza. [LP]. Faixa3 (3min 20). Caetano Veloso: Universal Music,1981.
20. Rosa DM. *Evolução da qualidade da água do Rio Paraíba*. [Dissertação]. São Paulo (SP): Faculdade de Saúde Pública, São Paulo; 2012
21. Ministério da Saúde. Sala de apoio à gestão estratégica. *Indicadores de mortalidade para doenças infecciosas e parasitárias*. [periódico na internet]. [acessado em 2015; jan. 27]. Disponível em:< <http://www.189.28.128.178/sage>>.
22. Almeida M D. **Significado da contaminação para feirantes de Santo Amaro – BA**. [Dissertação]. Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia, Salvador; 2010.
23. Ricoeur P. **Teoria da interpretação**. O discurso e o excesso de significação. Tradução: Artur Mourão. Lisboa, Portugal: Edições 70 Ltda., 2005.
24. Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13 ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2013.

25. Geertz C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
26. Maluf RSJ. *Segurança alimentar e Nutricional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
27. Brasil. *Fundação Cultural Palmares*. [periódico na internet] [acessado em 2014; jan. 15]. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br>> .
28. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
29. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Atlas de desenvolvimento humano no Brasil 2013. *Perfil do município de Santo Amaro, BA*. IPEA. [periódico na internet]. [acessado em 2014; set 26]. Disponível em: < www.atlasbrasil.org.br>.
30. Laplantine F. **A descrição etnográfica**. Paris: Armand Colin, 2005.
31. Goldenberg M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
32. Pêcheux M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Orlandi. Campinas, SP: UNICAMP, 1988.
33. Orlandi EP. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 8ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.
34. Minayo MCS. Hermenêutica-dialética como o caminho do pensamento social. In: Minayo MCS, Deslandes SF. **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2008:83-107.
35. Atkinson R F J. **Assessing hidden and hard-to-reach populations: snowball research strategies**. Guidord (UK): Social Research Update, 2001.
36. Di Giulio GM, Figueredo BR, Ferreira LC, Dos Anjos JASA. Experiência brasileira e o debate sobre comunicação e governança do Risco em áreas contaminadas por Chumbo. *Ciências & Saúde Coletiva* 2012; 17(2): 337-349.

37. Eco U. *As formas de Conteúdo*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010: 15-7
38. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466 de 12 dezembro de 2012. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil* 2012; 12dez.
39. Universidade Federal da Bahia. *Programa de monitoramento dos ecossistemas ao Norte da Baía de Todos os Santos*. [Relatório Final], 1996.
40. Machado R. *Depois de uma grande quantidade de estudos o que falta é a solução*. In: *CETEM. Centro de Tecnologia Mineral*. Projeto Santo Amaro-Bahia. Aglutinando ideias, construindo soluções. Eds. Francisco Rego Chaves, Luiz Carlos Bertolino, Silvia Egler. Rio de Janeiro, 2012: 15-18.
41. Aragão LGT, Alonzo HGAA. Representações sociais de saúde e doença: o caso de Santo Amaro da Purificação, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Coletiva* 2005; 13(4): 973-990.
42. Bourdieu P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil; 1989.
43. Douglas M. *Pureza e Perigo*. Tradução: Monica Siqueira Leite de Barros, Zilda Zakia Pinto. 2ªed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
44. Freitas MCS, Minayo MC, Pena PGL, Santos NMM. Un ambiente enfermo: significados de La contaminación industrial em Isla de Maré, Bahia, Brasil. *Desacatos* 2012; (39): 73-88.
45. Pena PGL, Freitas MCS. Condições de trabalho da pesca artesanal de marisqueiras e riscos para LER/DORT em uma comunidade pesqueira da Ilha de Maré, BA. In: Pena PGL e Martins V. (Org.). *Sofrimento Negligenciado doenças do trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais*. Salvador: EDUFBA; 2014:53-91
46. Goffman E. *Estigma: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar editores: 1982

47. Pena PGL, Martins V, Rego RF. Por uma política para saúde do trabalhador não assalariado: O caso dos pescadores artesanais e marisqueiras. *Rev. bras. Saúde ocup.*, 2013. São Paulo; 38(127): 57-68.
48. Centro de Tecnologia Mineral. *Projeto Santo Amaro-Bahia*. Aglutinando ideias, construindo soluções. Eds. Francisco Rego Chaves, Luiz Carlos Bertolino, Silvia Egler. Rio de Janeiro, 2012
49. Ministério da Saúde. *Resíduos: tecnologias e sustentabilidade*. Vigilância em saúde das populações expostas a químicos. Brasília, 2011. [periódico na internet]. [acessado em 2014; set. 05]. Disponível em:
<http://www.cetem.gov.br/rio20/galerias/2011/LT2011_Atuacao%20do%20setor%20saude.pdf>
50. Bueno PC, Rodrigues JC, Lemos AF, Malaspina FG, Matsui CT, Rohlfs DB. Exposição humana a mercúrio: subsídios para o fortalecimento das ações de vigilância em saúde. *Cad. Saúde Coletiva* 2011; 19(4): 443-447.
51. Brasil. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
52. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Situação social da população negra por Estado*. Brasília: IPEA, 2014.
53. Araujo MVR, Texeira CF. A participação dos atores na formação da política de saúde da população negra na cidade de Salvador. *Physis Revista de Saúde Coletiva* 2013; 23(4): 1079-1099.
54. Ribero M. O enlace entre direitos humanos, superação do racismo e da discriminação racial. In: Venturini G. (Org.). *Direitos humanos e percepção da opinião pública análise de pesquisa nacional*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. 2010; 143-154
55. Gonzalez L, Hasenbalg, C. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero Ltda. Coleção 2 pontos, 1982.

56. Silva DO, Guerreiro AFH, Guerreiro CH, Toledo LM. A rede de casualidade da Insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. *Rev. Nutr.* 2008;21(Suplemento): 83s-97s.
57. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Programa Brasil Quilombola diagnóstico de ações realizadas*. Brasília, 2012. [periódico na internet] [acessado em 2014; dez. 14]. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/destaques/diagnostico-pbq-agosto>>>.
58. Batalha E. Saúde da população Negra: os males da desigualdade. *RADIS*. Rio de Janeiro 2014: 142.
59. Gonçalves A. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2007.
60. Domingues PML, Nascimento ER, Oliveira JF, Barral FE, Rodrigues QP, Santos CCC, et al. Discriminação racial no cuidado em saúde reprodutiva na percepção de mulheres. *Texto Contexto Enferm* 2013; 22(2): 285-292.
61. Chor D, Lima CRA, Aspectos epidemiológicos da desigualdade raciais em saúde no Brasil. *Cad. Saúde Pública* 2005; 21(5): 1586-1594.
62. Bastos JL, Celeste RK, Faerstein E, Barros AJD. Discriminação racial e saúde: uma revisão sistemática de escalas com foco em suas propriedades psicométricas. *Saúde & Transformação Social* 2011; 1(2):04-16.
63. Williams DR, Mohammed SA. Discrimination and racial disparities in health: evidence and needed research. *J Behav Med* 2009; 32:20-47
64. Weech-Maldonado RAH, Jenkins TB, Ahmaad K, Elliott M N. The Relationship between Perceived Discrimination and Patient Experiences with Health Care. *Med Care* 2012; 50(902): 62-68.

65. Shavers VL, Fagan P, Jones D, Klein WMP, Boyington J, Moten C, et al. The State of Research on Racial/Ethnic Discrimination in The Receipt of Health Care. *American Journal of Public Health* 2012; 102(5): 953-966.
66. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
67. Brasil. Decreto n.º 4.886, de 20 de novembro de 2003. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial-PNPIR. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** 2003; nov. 21. [decreto na internet]. [acessado em 2014; mar. 12]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm>.
68. Ribeiro DA. *Concepções e Estratégias de Segurança alimentar e Nutricional entre os Terreiros de Candomblé de Novos Alagados/BA*. [Dissertação] Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia, Salvador; 2013.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise dos significantes expressos nas entrevistadas das marisqueiras, verificou-se que as representações socioculturais sobre a SAN e as interações simbólicas do cotidiano dessa população são influenciadas pela contaminação ambiental (química e biológica). Ambas prejudicam a SAN.

Conforme descrição dos artigos, a contaminação química se constitui uma ameaça à preservação da tradição e da cultura local e o silenciamento sobre a contaminação química está presente ainda hoje nos locais de comercialização. Este é compreendido como uma estratégia para manter o acesso ao alimento e a produção. Também as marisqueiras são estigmatizadas pela própria condição social do lugar, além de desassistidas pelo Poder Público.

Observou-se que a contaminação biológica oriunda dos esgotos sanitários que invade o manguezal é normal, já que, é resultado da urbanização e parte da sua própria condição social. Dessa forma, como resposta a natureza transforma o que é “sujo” em “limpo” como no ciclo do caranguejo, conforme analisado por Josué de Castro, em Recife na década de 1960.

Sugere-se que, as políticas públicas propostas com foco na garantia de Segurança Alimentar e Nutricional nestas populações envolvam aspectos socioculturais e ambientais, e não só a dimensão econômica da SAN. Estar livre da fome não assegura qualidade do acesso e alcance de direitos humanos.

Recomenda-se o acompanhamento da situação de saúde e hábitos alimentares dos moradores, tendo em vista os diagnósticos já descritos da situação de exposição do risco a contaminantes químicos e biológicos, assim como, maior participação local nas decisões relacionadas à melhoria da SAN em Caeira.

Por fim cabe enfatizar que, buscou-se a compreensão e a interpretação dos significados do nexo entre a SAN e a contaminação ambiental por meio das narrativas dos sujeitos, contudo, os significantes apresentados nesses artigos não foram os únicos identificados no estudo. As relações entre a segurança alimentar e nutricional e a temporalidade do passado, presente e futuro, também foram aspectos identificados no discurso das marisqueira, mas impossíveis de serem neste trabalho explorados a fundo.

7.PERSPECTIVAS FUTURAS

Tem-se a perspectiva de contribuir com o debate no campo da saúde, alimentação e nutrição e aspectos ambientais referentes a SAN, por meio da apresentação à população local em seminário público.

Pretende-se seguir na área de ensino e pesquisa, desenvolvendo estudos com populações étnicas no campo da saúde, alimentação e nutrição.

8 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA

ATIVIDADES/MESES	2013										2014										2015				
	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar
Pesquisa Bibliográfica	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x									
Elaboração e organização do projeto	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x														
Qualificação do Projeto de pesquisa														x	x										
Apresentação ao Comitê de Ética															x										
Incursoão em campo (visita a povoado de Caeira)											x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
Incursoão à campo coleta de dados															x	x	x								
Entrevista e transcrição das narrativas																x	x	x	x						
Análise e interpretação da narrativa																x	x	x	x	x	x	x	x		
Elaboração do artigo																						x	x	x	x
Defesa																									x

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mirella Dias. **Significado da contaminação para feirantes de Santo Amaro – BA.** 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

ANDRADE, M. F; MORAES, L. R. S. Contaminação por chumbo em Santo Amaro desafia décadas de pesquisas e morosidade do poder público. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 63-80, abr./jun. 2013.

ANDRADE, M. F. Desafios e propostas para o enfrentamento da contaminação por chumbo em Santo Amaro. In: FERNANDES, F. R. C. et al. **Projeto Santo Amaro-Ba: aglutinando ideias, construindo soluções- diagnósticos.** 2. ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, p. 64-74. 2012.

ANGELUCI, CHG, et al., Avaliação da prevalência de Parasitoses intestinais em escolares no município de Formosa, Goiás. **Sinergia**, São Paulo, v. 14, n. 3, p.227-232, set./dez., 2013. Disponível em:

<http://www.cefesp.br/edu/prp/sinergia/complemento/sinergia_2013_n3/pdf_s/segmentos/artigo_09_v14_n3.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2014.

ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Seminário volta a discutir mercado de agrotóxicos em 2012, Brasília; 2012. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

ARAÚJO, N. de. **Pequenos mundos: o recôncavo: um panorama da cultura popular da Bahia.** Salvador: Universidade Federal da Bahia/Fundação Casa de Jorge Amado, 1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

BATISTA-FILHO, M.; RISSIN,A. Vigilância Alimentar e Nutricional: Antecedentes, Objetivos e Modalidades. A VAN no Brasil. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro,v. 9, supl. 1, p. 99-105, 1993.

BRASIL. Decreto n.º 4.886, de 20 de novembro de 2003 a. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial- PNPIR. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 de novembro de 2003 a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm>. Acesso em: 12 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório de apresentação dos resultados da avaliação de risco à saúde humana por metais pesados em Santo Amaro da Purificação para a Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde**. Salvador: Coordenação Geral de Vigilância Ambiental; Secretaria de Vigilância Sanitária; Diretoria de Vigilância Sanitária Ambiental; Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, 2003b.

BRASIL. Lei n.º 10.779, 25 de novembro de 2003c. Dispõe sobre a Concessão do Benefício de Seguro Desemprego, durante o período de Defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 de novembro de 2003, p.1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

BRASIL. Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006a. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 set. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 13 nov.2013.

BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de Julho de 2006b. Estabelece as Diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 de jul. de 2007, p.1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 03 maio 2014.

BRASIL. Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente, n.º 420, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 de dez.2009.

BRASIL. Decreto n.º 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 de fev. 2007, p.316. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 05 mai. 2014.

BRASIL. Lei n.º 11.947, 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de julho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga

dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Comunidades Quilombola**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466 de 12 dezembro de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jun. 2013 b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Chamada nutricional quilombola de 2006**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/arquivo-sagi/pesquisas>>. Acesso em: 10 out. 2012.

BURITY, V. et al. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n.3, p.851-860, 2009.

CAPRARA, A. Uma abordagem hermenêutica da relação saúde-doença. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 923-931, jul./ago. 2003.

CAPRARA, A.; VERAS, M. do S. C. Hermenêutica e narrativa: a experiência de mães de crianças com epidermólise bolhosa congênita. **Interface Comunic., Saúde, Educ.**, Fortaleza, v. 9, n. 16, p. 131-46, set. 2004/fev. 2005.

CARVALHO, F. M. et al. Cadmium concentrations in blood of children living near a lead smelter in Bahia, Brazil. **Environmental Research**, [S.l.], v. 40, p. 437-449, 1986.

CARVALHO, F. M. et al. Chumbo no sangue de Crianças e passivo ambiental de uma fundição de chumbo. **Revista Panamericana Salud Publica**, Washington, v.13, n. 1, p.19-23 jan. 2003.

CARVALHO, J. C. B. de; ORSINE, J. V. C. C. Contaminação do meio ambiente por fontes diversas e os agravos à saúde da população. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 7, n. 13, p.1107-1118, 2011.

CARVALHO, A. S. **Concepção sobre Segurança Alimentar e Nutricional pelos Quilombolas da Comunidade de Tijuaçu na Bahia**: uma abordagem etnográfica sobre o PAA. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública)–Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2010.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CAVALLI, S B. Segurança Alimentar: A abordagem dos Alimentos transgênicos. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.14, p. 41-46, 2001.

CENTRO DE TECNOLOGIA DE MINERAIS (RJ). **Contaminação por chumbo**. 2011. Reportagem exibida pela TV Globo 16 set. 2007. Disponível em: <http://www.cetem.gov.br/santo_amaro/videos.html>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS; SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS. **Avaliação da qualidade das águas costeiras superficiais na Baía de Todos os Santos**. Salvador: CRA; SEMARH, 2001. (Relatório técnico).

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. **Grupo de trabalho de indicadores e monitoramento**: relatório. Brasília, DF: CONSEA, 2010.

II CONGRESSO Internacional de Direito de Povos e Comunidades Internacionais. **Denúncias das comunidades tradicionais feitas e aprovadas no II congresso de direitos dos povos e comunidades tradicionais**. 2014. Disponível em: <<http://www.grupodepesquisapct.ufba.br/?p=366>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

CONSÓRCIO HYDROS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO. **Diagnóstico da concentração de metais pesados e hidrocarbonetos de petróleo nos sedimentos e biota da Baía de Todos os Santos**. Salvador: Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano; Banco Interamericano de Desarrollo, 2004.

CONSÓRCIO HYDROS ENGENHARIA E PLANEJAMENTO. **Complementação do Diagnóstico do Grau de Contaminação da Baía de Todos os Santos por metais pesados e hidrocarbonetos de petróleo**: relatório síntese. Salvador: Centro de Recursos Ambientais; Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano; Banco Interamericano de Desarrollo, 2005

CONTRERAS, J; GRACIA, M. **Alimentação, sociedade e cultura**. Tradução de Mayra Fonseca e Barbara Atieguidalli. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

COSTA, C.A; BOGUS, MC. Significados e Apropriação das Noções de Segurança alimentar e Nutricional pelo seguimento da sociedade civil do Conselho nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Saúde Soc.** São Paulo, v.21, n.1, p.103-114, 2012.

CUSTÓDIO, M. B. C. et al. Segurança alimentar e nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v.18, n. 1, p. 1-10, 2011.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: aquicultura e pesca. Brasília: Banco do Brasil, nov. 2010. v. 6. (Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas).

FREITAS, M. do C. S; PENA, P. G. L. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Revista de Nutrição**, Campinas, SP, v. 20, n. 1, p. 69-91, jan./fev. 2007.

FREITAS, M. C. S. et al. Un ambiente enfermo: significados de La contaminación industrial em Isla de Maré, Bahia, Brasil. **Desacatos**, México, n. 39, p. 73-88. mayo/ago. 2012.

FREITAS ST, PAMPLIM PAZ, LEGAT J, FOGAÇA FHS, BARROS RFM. Conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande, área de proteção ambiental do delta do rio Paraíba, Piauí, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v, 15, n.2, p.91-112, maio/ ago 2012

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p. 13-41.

GUERRERO, A. F. H. et al. Mortalidade infantil em Remanescentes de Quilombo do município de Santarém- Para, Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 103-110, 2007.

HUBERT, A. **Pas de Pinique! (alimentare)**. Paris: Marabout, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de distribuição especial segundo cor e raça.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/brasil_pretos_pardos_2010.pdf> Acesso em: 05 de maio de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Samba de roda do recôncavo baiano.** Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3656>>. Acesso em: 23 set. 2013.

KEPPLE AW, Segall-Corrêa AM. Conceituando e medindo a segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro v.16, n.1, p.187-199,2011.

LAPLANTINE, F. **A descrição etnográfica.** Paris: Armand Colin, 2005.

LEÃO, M. M; MALUF, R. S. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira.** Brasília: ABRANDH, 2012.

MALUF, RSJ. *Segurança alimentar e Nutricional.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARTINS, M. C. Práticas de trabalho e produção de saberes no cotidiano de mulheres pescadoras. **Sísifo- Revista de Ciências da Educação**, [S.l.], n. 6, p. 71-84, 2008.

MAPA da Baía de Todos os Santos no destaque o município de Santo Amaro-Ba. Google 2013. Disponível em: <<http://WWW.google.com.br>>. Acesso em: 13 jan. 2013

MELO, MFM. Políticas públicas entre pescadoras artesanais: invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo. Florianópolis,2008. Disponível em<
http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST15/Maria_de_Fatima_Massena_de_Melo_15.pdf>. Acesso em 13 jan. 2014.

MINAYO, M. C. **Desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MUNANGA, kabengele. Origem e histórico do quilombo na África, São Paulo. **Revista USP**, n.28, p. 56-63, dez./fev. 1995/1996. Disponível em: < <http://arqueoafro.blogspot.com.br/2010/05/escavando-o-conceito-de-quilombo.html>>. Acesso em: 05 mai.2014.

OLIVEIRA, TG; FAVARETO, APA; ANTUNES, PA. Agrotóxicos: Levantamento dos utilizados no oeste paulista e seus efeitos como desreguladores endócrinos. **IX Fórum Ambiental da Alta Paulista. Saneamento, ambiente e meio ambiente**. São Paulo, v. 9, n.11, p.375-390, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Mercia%20Barreto/Desktop/ingl%C3%AAs/oliveira,%20favarato,%20antunes%202013.agrot%C3%B3xicos%20e%20levantamento%20dos%20mais%20utilizados.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2014.

PEDROSA, L. de F. C.; COZZOLINO, S. M. F. Composição centesimal e de minerais de mariscos cruz e cozidos da cidade de Natal/RN. **Ciência e Tecnologia Alimentos**, Campinas, SP, v. 21, n. 2, p. 154-157, mai./ago. 2001.

PENA, P. G. L.; FREITAS, M. C. S.; CARDIM, A. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso e uma comunidade de marisqueiras na Ilha de Maré, Bahia. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 8, p. 3383-3391, ago. 2011.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: UNICAMP, 1988.

RIBEIRO, Denise de Almeida. **Concepções e Estratégias de Segurança alimentar e Nutricional entre os Terreiros de candomblé de novos Alagados**, Bahia. Salvador, Bahia. 2013.159f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)- Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva, 2013.

REGALLA, JR; PIOVEZAN, A.C. Fisiologia alimentar do berbigão *Anomalocardia brasiliiana* (Gmelin, 1791). **Atlântica**, v.3, n.1, p.67-78,2009.

ROCHA, GO. et al. Contaminação na Baía de Todos os Santos. **Revista Virtual de Química**, Salvador, v. 4, n. 5, p. 583-610, 10 out. 2012. Disponível em: < <http://www.uff.br/RVQ/index.php/rvq/article/viewFile/328/270>> Acesso em: 31 mar. 2014.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. **Acompanhamento e avaliação da Segurança Alimentar de**

Famílias: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação: urbano/Rural. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/vru_inic.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.

SILVA, DO. et al. A rede de casualidade de Insegurança Alimentar e Nutricional de Comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, SP, v. 21, p. 83-97, jul./ago. 2008.

SOUZA, EC. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. **Educação em Questão**. Natal - RN, v. 25, n. 11, p. 22-39, jan./abr. 2006.

SOUTO, FJB. Etinoecologia em área de manguezal. In Conhecimento tradicionais de sobrevivência de populações brasileiras. MOURA FBP, Organizador. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 71-76.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Estatísticas dos municípios baianos**. Salvador. SEI, v.13, p.218-234, 2010.

TAVARES, T. M.; CARVALHO, F. M. Avaliação de exposição de populações humanas a metais pesados no ambiente: exemplos do Recôncavo Baiano. **Revista Química Nova**. v.15, n. 2, p. 147-154, 1992.

TERRA, MG. et al. Fenomenologia-hermenêutica de Paul Ricouer como referencial metodológico numa pesquisa de ensino em enfermagem. **Acta Paul Enferm**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 93-9, 2009.

UECKER, M.; COPETTI, C.; POLEZE, L.; FLORES, V. Infecções parasitárias: diagnóstico imunológico de enteroparasitoses. **RBAC**, v. 39, n. 1, p. 15-19, 2007.

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. Do combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o direito à alimentação adequada. *Revista de Nutrição*, PUCCAMP, Campinas, v.10, n.1, p. 20-36, jan./jun., 1997.

VIRGA, R. H. P; GERALDO, L. P.; SANTOS, F. H. D. O. S. Avaliação da contaminação por metais pesados em amostras de siris azuis. **Ciênt.Tecnol. Aliment**. Campinas, SP, v. 27, n.4, p. 779-785, out./dez. 2007.

YUYAMA, LK. et al., Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.21(Suplemento), p. 53s-63s, jul./ago. 2008.



APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____, fui convidado a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “**Segurança Alimentar e Nutricional e Contaminação Ambiental: Significados atribuídos por marisqueiras quilombolas**”, a qual será realizada pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fui informado (a) de que a pesquisa tem por objetivo de Analisar os significados da Segurança Alimentar e Nutricional diante da contaminação ambiental, atribuídos por marisqueiras quilombolas da Comunidade de Caeira no município de Santo Amaro, Bahia. Fui informado (a) pelas pesquisadoras que todas as informações e opiniões por mim emitidas serão guardadas em sigilo e que eu não serei identificado (a) e que o estudo não oferece qualquer risco para minha saúde. Fui esclarecido (a) de que as informações obtidas nesta pesquisa serão publicadas em forma de relatórios, publicações e eventos científicos, assegurando o sigilo sobre nomes dos participantes. Após os esclarecimentos, a pesquisadora responsável deixou claro que minha participação é voluntária e que eu poderei suspender a minha contribuição a qualquer momento, sem que isso signifique qualquer prejuízo para mim. Fui informado (a) que em caso de dúvida, ou questionamento sobre qualquer procedimento da pesquisa poderei entrar em contato com as pesquisadoras, Mércia Ferreira Barreto (71) 9105-2085, (71) 3356-2166, e-mail: merciabarreto.pms@gmail.com ; Maria do Carmo Soares de Freitas, Contato: (071) 8835-2351, e-mail: carmofreitas@uol.com.br. Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia – Rua Araújo Pinho, 32, Canela, 40.110-150, Salvador-Bahia, telefone: 3283-7704 e-mail: cepnut@ufba.br.

Assinatura do participante, pai, mãe ou responsável.

Data: ___/___/___



Impressão do polegar
Caso não saiba assinar

Assinatura do Pesquisador Responsável
Mércia Ferreira Barreto

APÊNDICE B- Roteiro de Entrevista Semiestruturada**ROTEIRO DA ENTREVISTA COM MARISQUEIRAS**

Data: / /

Dados de identificação

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Tel.:

Origem:

Roteiro para entrevista :

1. Tempo que vivem em Caeira; como se sente como membro da comunidade Caeira?
2. Tempo que é marisqueira?
3. Como é o trabalho? (condições de trabalho, descrever o processo de produção, extração de mariscos e pesca instrumentos, o tempo de trabalho no dia a dia);
4. Descrição da infância na mariscagem, junto à família (descrição bibliográfica como era alimentação na infância adolescência e a alimentação).

5. O que mais se recorda na alimentação da produção de marisco?
6. O lugar é contaminado? O que é contaminação, sujeira, desordem (nos termos empíricos)?
7. Interferência ou não da contaminação na produção, venda e consumo de mariscos e pescados.
8. Alguém já adoeceu por causa da contaminação? (descrição do problema);
9. Crianças ficaram desnutridas? Reduziu o consumo de mariscos e pescados do Subaé? Reduziu o consumo da família? Ou a renda familiar?

Outras questões de interesse do tema devem surgir na entrevista conforme a metodologia do estudo.



APÊNDICE C- Roteiro da Observação

Como se dá o processo geral de trabalho da pesca artesanal em Caeira;

Diferenciação nas atribuições de homens e mulheres na pesca artesanal;

Se a mulher representa a principal referência na família;

Quantas famílias são lideradas por mulheres;

Como se dão as relações de afinidade e parentesco;

Quem são os responsáveis pelos cuidados domésticos;

Trabalho infantil na pesca e catação do marisco;

Quais as principais formas de acesso á renda pela família (pesca, agricultura, comércio etc.) ,

Eles se consideram quilombolas de fato;

Sabem sobre a contaminação local e os tipos de contaminação ambiental (química ou biológica);

De que forma eles percebem que há contaminação;

Quais as principais atividades laborais da família;

Como se dá a relação da comunidade com o poder público (mais saúde, educação, bolsa família);

A comida do dia-dia. Desde o despertar ao dormir. A comida no trabalho. Os hábitos alimentares locais;

Como se dá o acesso, o preparo e consumo dos alimentos;

Onde costuma coletar o marisco;

Os problemas enfrentados para o acesso permanente de alimentos.

ANEXO A

ESCOLA DE NUTRIÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA/ ENUFBA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL: SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR MARISQUEIRAS QUILOMBOLAS

Pesquisador: Mércia Ferreira Barreto

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 31983014.4.0000.5023

Instituição Proponente: Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia/ ENUFBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 730.144

Data da Relatoria: 30/06/2014

Apresentação do Projeto:

As marisqueiras quilombolas, que tem como principal atividade de renda e subsistência a mariscagem e a pesca, representam, no Brasil, um contingente da população que sofre com a violação do Direito a Alimentação Adequada e a garantia de Segurança Alimentar em virtude da contaminação química e biológica a manguezais. Esta promove redução e desaparecimento do produto extrativista nativo e consequente insegurança alimentar e nutricional famílias nestas regiões. Desta forma o presente projeto tem como objetivo analisar os significados da Segurança Alimentar e Nutricional diante da contaminação ambiental, atribuídos por marisqueiras quilombolas da Comunidade de Cambuta, em Caireiras no município de Santo Amaro, Bahia.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar os significados da Segurança Alimentar e Nutricional diante da contaminação ambiental, atribuídos por marisqueiras quilombolas da Comunidade de Cambuta, em Caireiras no município de Santo Amaro, Bahia .

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa não coloca os participantes em risco e pretende dar visibilidade à situação de insegurança alimentar e nutricional enfrentada por famílias, expostas à contaminação de seu ambiente natural de produção, o manguezal. Ao eleger as mulheres marisqueiras desta

Endereço: Av. Araújo Pinho nº 32

Bairro: Canela

CEP: 40.110-150

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3263-7710

Fax: (71)3263-7704

E-mail: cepnut@ufba.br

ESCOLA DE NUTRIÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA/ ENUFBA



Continuação do Parecer: 730.144

comunidade, tentar-se-á contribuir com os estudos já realizados sobre a contaminação em Santo Amaro e com a lacuna existente na academia sobre estudos que focalizam as estratégias de sobrevivência das marisqueiras.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Adota-se como referência metodológica a pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica, do tipo exploratório descritiva, com entrevistas. Neste projeto a observação participante visará observar para analisar e descrever as relações estabelecidas nos discursos das marisqueiras sobre a SAN relacionada à contaminação ambiental. Nessa perspectiva, será descrito o cotidiano de trabalho das marisqueiras na maré, suas estratégias para a venda dos produtos frente à contaminação alimentar. As entrevistas em profundidade ou semiestruturadas serão orientadas por um roteiro que o pesquisador apresenta sobre a forma de apêndice.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE observa itens como clareza na apresentação da pesquisa, informações sobre o CEPNUT e responsáveis pela pesquisa.

Recomendações:

Não se aplica

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplica

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Av. Araújo Pinho nº 32

Bairro: Canela

CEP: 40.110-150

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3263-7710

Fax: (71)3263-7704

E-mail: cepnut@ufba.br

ESCOLA DE NUTRIÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA/ ENUFBA



Continuação do Parecer: 730.144

SALVADOR, 28 de Julho de 2014

Assinado por:
Vilson Caetano de Sousa Júnior
(Coordenador)

Endereço: Av. Araújo Pinho nº 32
Bairro: Canela **Município:** SALVADOR **CEP:** 40.110-150
UF: BA
Telefone: (71)3263-7710 **Fax:** (71)3263-7704 **E-mail:** cepnut@ufba.br

ANEXO B

Fotos produzidas pela autora durante a permanência no campo



Figura 2- Caeira, final da rua, jan. 2014



Figura 3- Caes beirando casas da Caeira, out. 2014



Figura 4- Vista da Caeira pelo estuário Subaé, jul. 2014



Figura 5- Resíduos sólidos trazidos no rio, beirando as casas da Caeira, set. 2014



Figura 6-Manguezal próximo a Caeira, fev.2014



Figura 7-Manguezal com presença de garrafas plásticas e outros resíduos, jan. 2015



Figura 8- Rio Subaé no centro da cidade de Santo Amaro, jan. 2015

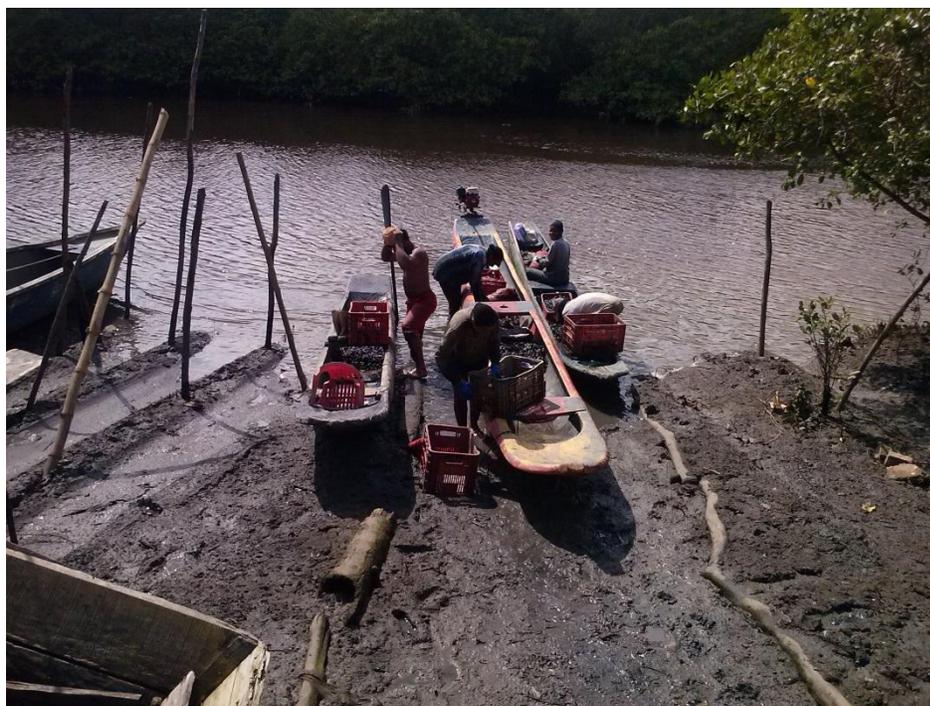


Figura 9- Marisqueiras na chegada da maré, set 2015



Figura 10- Limpeza do Sururu (*Mytella sp.*), na chegada do mangue, dez. 2014



Figura 11-Sururu coletado, após lavagem, dez. 2014



Figura 12-Sururu (*Mytella sp.*), jan. 2015



Figura 13-Balde com Mapé e instrumentos utilizados para captura, ago. 2014



Figura 14-Beneficiamento do Sururu, Cozimento, dez. 2014



Figura 15-Marisqueiras retirando casca do Sururu no quintal de casa, dez 2015



Figura 16-Embarcação utilizada para ida ao manguezal e a coroa, jan. 2015



Figura 17- Casca de Sururu, descartadas em terreno na frente das casas, jan.2015



Figura 18- Campo de futebol, área de lazer da Caeira e mangue ao fundo, jan. 2015